

O (des)rumo da África

Em intervalos de tempo cada vez menores o mundo vai se transformando a uma velocidade jamais vista. As diversas economias a cada dia mais globalizadas, o predomínio das novas tecnologias, das corporações transnacionais, as novas formas de organização social, a internacionalização das redes de informação, enfim, às portas do século XXI o capitalismo se reestrutura com uma velocidade espetacular. É nesse contexto que me parece oportuno fazer algumas reflexões sobre o nosso continente – a África. Estaria ela participando desse movimento ou está isolada de tudo isso?

Antes de qualquer tentativa de pensar algo sobre a África, me vem à memória as clássicas imagens de fome, sangue, guerras, miséria, negociações (haja!) e outras tragédias.

A África parece carregar o estigma de ser o berço e o fim ao mesmo tempo. O sofrimento do povo já se tornou algo quase banal.

Mas, inquirir a razão fundamental da falta de rumo e progresso do continente africano é algo cuja resposta ninguém saberá ao certo, mas especular não é proibido: escravidão, colonialismo, neocolonialismo, guerra fria e tantos outros fatores podem ser parte da resposta. A outra parte da resposta, não menos importante porém, está na complexidade (dilemas e contradições) da sua elite dominante. A elite que está no topo do poder é a autoridade que deveria ter senso para adotar as mudanças necessárias para dar um rumo à região. A ambigüidade intelectual e a inépcia da elite diante das veias abertas jorrando sangue que submerge cada vez mais a região só podem ser

em defesa dos seus mais íntimos desejos materiais. Aliás, isso é claramente perceptível e de forma ostensiva, bastando, para quem quer ver, abrir os olhos nas ruas de qualquer cidade africana.

O povo faminto e desestruturado há muito tempo foi abandonado e desprezado pela sua elite. Concordo plenamente com Christopher Lasch quando afirma que “em nossa época a principal ameaça parece vir não das massas mas daqueles que estão no topo da hierarquia social, as elites que controlam o fluxo de dinheiro e informação, comandam fundações filantrópicas” e instituições de guerra.

Lino Sobrinho Buambua
(Geólogo angolano, pós-graduando na Unicamp.)



O Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) está lançando sua mais recente novidade:

QUESTÕES DE RAÇA é uma seleção crítica, temática, de matérias noticiosas e opinativas publicadas na imprensa brasileira sobre raça, relações raciais, racismo, constantes do acervo de recortes do CEAA.

E o primeiro número tem como foco a publicação de *The bell curve*, o polêmico livro dos norte-americanos Charles Murray e Richard Herrnstein que mereceu longas resenhas de publicações brasileiras e do mundo. Além disso, **QUESTÕES DE RAÇA** tem uma coluna fixa,

“Discriminação”, destacando casos de racismo vindos a público pela imprensa.

"Estamos próximos de Angola"

NOVO JORNAL, 18.3.95

— Afirmou o MNE cabo-verdiano

MANUELA FONSECA *

O ministro dos Negócios Estrangeiros, José Tomás Veiga, e a delegação que o acompanha, chegaram quinta-feira, a Luanda, dando assim início à visita oficial que o chefe da diplomacia cabo-verdiana efectua à República de Angola.

No aeroporto "4 de Fevereiro", a delegação ministerial era aguardada pelo ministro das Relações Exteriores angolano, eng.º Venâncio de Moura, pelo vice-ministro das Relações Exteriores, João Miranda, pelo embaixador de Cabo Verde em Angola, Vítor Fidalgo, e por outros funcionários da nossa representação diplomática neste país irmão.

O chefe da diplomacia cabo-verdiana, ao ser abordado pelos órgãos de comunicação social presentes no aeroporto, definiu os objectivos que presidem a esta deslocação, salientando que, em primeiro lugar, se trata de uma visita de estreitamento e reforço das relações de amizade e cooperação que unem Cabo Verde e Angola, respectivos governos e povos.

"Não é por acaso, disse o ministro das Relações Exteriores de Cabo Verde, que a primeira visita oficial que efectua a um país do continente africano seja dirigida a Angola, país que diz tanto aos cabo-verdianos e onde tantos cabo-verdianos vivem e labutam".

O chefe da Diplomacia cabo-verdiana manifestou o seu firme propósito em contribuir para um novo "clan" nas relações bilaterais, para o aprofundamento dessas mesmas relações e para o seu alargamento a todos os níveis.

O ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou ainda que outro objectivo desta visita é o de transmitir ao governo de Luanda todo o apoio do Governo de Cabo Verde ao processo de paz em curso.

O chefe da Diplomacia cabo-verdiana afirmou ainda que se o processo de paz representa muito para Angola, não é menos importante o profundo significado que tem para a África em geral e para Cabo Verde, em particular.

O ministro dos Negócios Estrangeiros manifestou ainda o desejo do governo de Cabo Verde em concortar e confluir posições que possam ser úteis a ambos os países na cena internacional.

Outro objectivo desta visita, disse o ministro dos Negócios Estrangeiros, é o de apresentar ao presidente José Eduardo dos Santos uma mensagem do seu homólogo cabo-verdiano, o presidente Mascarenhas Monteiro.

Questionado ainda sobre o sentimento que reina em Cabo Verde sobre

o processo político angolano, o ministro das Relações Exteriores cabo-verdiano, manifestou o optimismo que o governo e o povo sentem em como, apesar das dificuldades ainda existentes, o processo avançará e a paz será em breve alcançada.

José Tomás Veiga adiantou ainda que manterá encontros com a comunidade cabo-verdiana, como é aliás dever de qualquer membro do governo e, particularmente, do responsável pela pasta das Relações Exteriores.

Nesse particular, José Tomás Veiga manifestou o interesse com que o governo de Cabo Verde acompanha os problemas e a vida das suas comunidades no exterior, exortando os nossos compatriotas a continuarem a dar o seu melhor para o desenvolvimento da República de Angola e para que a paz seja uma realidade.

Início dos trabalhos das delegações

Sem pompa nem circunstância, mas com a postura e o sentimento de governantes de países africanos irmãos, os chefes da Diplomacia de Cabo Verde e de Angola doram formalmente início no dia 15 de Março, às 16 horas de Luanda, à sessão de trabalhos das duas delegações.

Falando de improviso na cerimónia de abertura dos trabalhos, o ministro angolano das Relações Exteriores começou por reiterar a satisfação do Governo de Angola em receber o ministro cabo-verdiano dos Negócios Estrangeiros, enfatizando o facto de que a primeira visita oficial de José Tomás Veiga, enquanto titular da pasta das Relações Exteriores, ter sido dirigida a Angola.

O ministro angolano, fazendo referência aos laços históricos que ligam os dois países, governo e povos, agradeceu a prontidão com que o seu homólogo cabo-verdiano aceitou o convite que lhe endereçara para visitar Angola, num momento difícil para os angolanos, mas repleto de esperança num futuro de paz e progresso.

Venâncio de Moura fez questão de lembrar na sua alocução que os laços que unem Cabo Verde e Angola foram forjados ao longo da história dos dois países, na luta comum pela soberania e Independência nacionais e continuaram ao longo do tempo a ganhar mais força e expressão.

Recordou, a propósito, outros momentos e de entre eles, o facto que ficou historicamente registado como ACTA DO MINDELO.

"Inventariar o passado comum e procurar as vias para cimentar e alargar as relações de cooperação e ami-



José Tomás Veiga, MNE cabo-verdiano

zade entre Cabo Verde e Angola", foi pois a tónica do discurso do Ministro das Relações Exteriores angolano, Venâncio de Moura.

O reforço das relações entre os CINCO e o incremento da CPLP, como espaços privilegiados de diálogo e de defesa de interesses comuns, foram apontados pelo governante angolano como prioridades a serem discutidas, nas sessões de trabalho que ora tiveram início.

Finalmente, Venâncio de Moura manifestou o seu profundo desejo de ver a paz restabelecida em Angola, para o que conta com o envolvimento e vontade dos países amigos e irmãos.

Por seu turno, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, José Tomás Veiga, ao intervir, agradeceu as palavras do ministro Venâncio de Moura, as quais considerou terem sido, mais do que ao governante, dirigidas ao povo cabo-verdiano.

O chefe da Diplomacia cabo-verdiana fez questão de demonstrar a enorme importância que o governo de Cabo Verde atribui às relações com o povo e governo de Angola, relações essas que vêm de longe e que ambos os países querem ver continuar e progredir.

Pondo de lado o formalismo dos discursos oficiais, José Tomás Veiga afirmou que "apesar da diferença de dimensão e condição, estamos extraordinariamente próximos de Angola, vivemos com grande intensidade tudo quanto acontece em Angola,

sentimo-nos profunda e directamente envolvidos em tudo que toca este país.

Existem laços demasiadamente profundos para permanecermos meramente como observadores indiferentes. Com os poucos meios e recursos que temos, as nossas mais que modestas forças, temos procurado apoiar, da forma que podemos, sempre em consonância com o Governo de Angola, o processo de paz que consideramos absolutamente indispensável e necessário para o futuro", diria mais adiante José Tomás Veiga.

Relações especiais

"Os regimes vêm e vão, os povos, esses, não-de continuar sempre", acrescentou o ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, referindo-se aos interesses comuns dos dois países e apontando que deverá ser essa a perspectiva a ter em linha de conta nas relações entre os dois governos.

José Tomás Veiga afirmou que a presença da delegação cabo-verdiana em Angola, vem dar continuidade às relações especiais que já existem entre os dois países mas vem também preparar o terreno para aprofundar e ir tão longe quanto possível nesse caminho já percorrido, dando-lhe outro conteúdo e um novo dinamismo.

Referindo-se à conjuntura internacional em permanente mutação, nem sempre favorável a países como os nossos, José Tomás Veiga afirmou que o sentimento que anima

o governo de Cabo Verde é de urgência.

"Num momento em que se assiste à criação de poderosos blocos económicos e políticos, pouco se ouve falar do continente africano, ficando a sensação de uma certa marginalização em relação a África", diria ainda José Tomás Veiga, tornando-se assim inadiável e urgente que os do continente reajam e se unam numa luta comum pelo desenvolvimento.

A finalizar, o chefe da Diplomacia cabo-verdiana reiterou o apoio incondicional do governo de Cabo Verde ao processo de paz em curso e às medidas e propostas recentemente apresentadas pelo governo de Angola em relação a este mesmo processo.

O ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde terminou a sua intervenção envolvendo num mesmo abraço de fraternidade o povo cabo-verdiano e o povo angolano e augurando para muito breve, o futuro de paz a que todos os angolanos têm direito e Cabo Verde deseja ver materializado.

Recordamos que a delegação cabo-verdiana, encabeçada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, integrada por altos funcionários do MNE e da Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades, nomeadamente o director geral para os Assuntos Políticos e Culturais, o director geral da Administração, o director da Cooperação Bilateral e o presidente do Instituto de Apoio ao Emigrante.

As reuniões técnicas tiveram início no dia 16 de Março, pelas 10 horas e a dirigiu-as pela parte cabo-verdiana e angolana, estiveram, respectivamente, o director geral para os Assuntos Políticos e Culturais, o Ministro plenipotenciário Luís Fonseca, e o embaixador Miguel Neto, director geral para a África e Médio Oriente.

O ministro José Tomás Veiga preencheu o dia com encontros de trabalho com os Ministros da Agricultura, Obras Públicas e Justiça, estando igualmente agendada, também, uma visita à sua Eminência o Cardeal D. Alexandre do Nascimento.

Os trabalhos das duas delegações técnicas prolongam-se até à próxima segunda-feira, quando ocorrerá a assinatura do processo verbal.

O Chefe da Diplomacia cabo-verdiana será ainda recebido por Sua Excia. o Primeiro Ministro Marcelino Mexu, e por Sua Excia. o Presidente da República, dr. José Eduardo dos Santos, a quem fará entrega de uma mensagem do seu homólogo cabo-verdiano, Presidente António Mascarenhas Monteiro.

* Assessora de Imprensa

Notícias Africanas

CLIPPING SEMANAL
SOBRE OS PAÍSES
AFRICANOS DE
LÍNGUA PORTUGUESA
E ÁFRICA AUSTRAL.

Nº 87
12 a 18.12.1994



A sociedade e o Poder em Cabo Verde (III)

NOVO JORNAL, 18.3.95

HUMBERTO CARDOSO

A implantação das instituições democráticas em Cabo Verde, diferente do que aconteceu noutras paragens, não se verificou na sequência de actos ou acontecimentos que, pelo seu alcance e abrangência, se traduzissem no fim definitivo de uma era e no anúncio de uma outra completamente distinta.

Não houve revolução em Cabo Verde, no sentido em que essa expressão é entendida normalmente — mudança rápida, completa e violenta das valores, das estruturas sociais, das instituições políticas, das políticas governamentais e da liderança. Houve, sim, um processo de reforma, ainda em curso, que vem conduzindo à emergência de novas instituições, a partir da realidade político-institucional legada pelo regime anterior.

A via da reforma foi ditada por um certo equilíbrio de forças que se verificou na segunda metade de 1991: conseguiu-se que as eleições pluripartidárias fossem antecipadas de cinco anos mas, em contrapartida, teve-se que aceitar que a liderança do regime, então vigente, ficasse à frente do país ao longo do processo de preparação das eleições livres, e que se pusesse de lado a ideia da convocação de uma assembleia constituinte para decidir do novo modelo político. A posterior movimentação das forças políticas no terreno e, mais tarde, os resultados das eleições fizeram o efeito de balança pendor, grandemente, para o lado das forças da mudança, abrindo espaço para uma reforma mais profunda. O quadro global do processo de transição não foi, no entanto, alterado na sua essência.

Para que assim fosse, concorreu bastante a estratégia seguida pelo então partido único com vista à preservação das regalias e influência da sua elite e clientela. Uma estratégia com as seguintes vertentes:

— Definição do sistema de governo — semi-presidencial — do novo regime que lhe deixaria mais campo de manobra, independentemente dos resultados. O pressuposto de base era a improbabilidade de perda simultânea das eleições presidenciais e legislativas.

— Colocação dos seus quadros em posições cimeiras do aparelho do Estado pela sua integração nas carreiras da Administração. Dessa forma, asseguravam rendimentos e ficavam em posição de exercer um protagonismo na contingência de perda das eleições legislativas. Quanto aos seus próprios funcionários, enviamam esforços para também os integrar com todos os direitos regalias, nos mais diferentes níveis da Função Pública. Preparava-se, portanto, para prosseguir a política de con-

trole do aparelho do Estado e de outras instituições, mas agora, a partir de dentro.

— Preservação do mito histórico que constituía a base de legitimação da elite dirigente como forma de a desculpabilizar e de assegurar a sua continuidade no novo regime de legitimidade democrática.

A esmagadora derrota nas eleições de 13 de Janeiro de 1991 constituiu um desenvolvimento inesperado para essa força política que via, assim, em perigo as suas pretensões de conservação de uma grande margem de manobra dentro do novo regime nascente. Naturalmente que isso não podia deixar de ser lido de formas de inseguranças pessoais e colectivas e de tentativas desesperadas de bloqueio do que se augurava ser um movimento para a criação de instituições completamente novas.

Quinco dias depois do governo no dia seguinte às eleições, foi o sinal dramático das inconexões e da profunda constatação que se apoderou da elite política que tinha dirigido o país nos últimos quinze anos. Não se tratou, porém, de uma simples resposta emocional. Tinha o propósito claro de criar uma verdadeira instabilidade nas instituições do país. Nesse aspecto pode-se dizer que foi um golpe de mestre embora irresponsável, partindo de quem purtia, e a todos os títulos indefensável.

A vitória do MpD, arrecadando mais de dois terços de deputados, introduziu a possibilidade de redefinição e redireccionamento das instituições que emergiam no quadro do multipartidarismo. O grande potencial de iniciativa para uma mudança profunda das instituições, que resultou dessa vitória, ver-se-ia, entretanto, progressivamente diminuído. A acção dos novos governantes foi consumida, primeiro, em instaurar confiança e estabilidade às instituições existentes, e, posteriormente, em contrariar-se à guerrilha institucional, que lhe era movida pela antiga liderança do país em todo o aparelho do Estado, como forma de resistência à perda de influência nas instituições. A criminalização que residia nesses dois actos sucessivos — confirmar para estabilizar e mudar para adequar — criava uma tensão que sugava ainda mais a energia e a capacidade de renovação do país.

Passados os grandes momentos de euforia e entusiasmo, que acompanharam mudanças radicais de regime, o país viu-se, novamente, frente à frente aos seus inúmeros problemas, nomeadamente, a nível social, económico e institucional. A construção do sistema democrático iria deparar-se com enormes obstáculos e contratempos de várias ordens:

— Ordenamento jurídico-político.

em. A Constituição continuava a ser de 1980, modificada pela revisão de 1988, que se orientou por uma certa flexibilização da economia, e pela revisão de Setembro de 1991, que introduziu o sistema de governo semi-presidencial. No resto, manteve elementos importantes da filosofia sócio-política e económica do que tinha sido o partido único, ficando, portanto, sem qualquer coerência interna e em contradição com a nova ordem democrática acabada de nascer.

— Identidade. Apesar da condenação geral do regime de partido único e seu subsequente derube, importantes elementos do universo político-ideológico do mesmo mantiveram a sua força e dinâmica. O nacionalismo de origem da força política que instituiu o regime, erigido em mito oficial, insistiu-se de uma forma completa e inescusável na ideologia de poder que a caracterizava nos quinze anos após a independência. O processo de separação, mental e institucional, do que era o ideal nacionalista e que constituía uma lógica de poder não se mostrou fácil nem automático. Muito menos ainda, era a desmontagem do próprio mito libertador. Os mais susceptíveis a isso tinham sido naturalmente os que mais expostos estiveram à influência do *aparatus* político-ideológico do regime: os militantes e simpatizantes, as pessoas com mais formação académica e os funcionários. Compreende-se, pois, o empenho de equívocos divites que persistiram após a instauração da democracia.

— Política. O regime pluralista iniciava-se com duas forças políticas com representação parlamentar, sendo uma delas, a oposição, a organização que tinha incarnado e orientado o regime derrotado. A prática de emulação completa dos dignitários do antigo regime da vida política — *survivorship*, "lustration laws" — não foi seguida em Cabo Verde, contrariando-se a que aconteceu na maioria das situações de mudança radical de regime, designadamente, em Portugal e nos países do Leste Europeu. O resultado foi, por um lado, ter-se uma oposição que a maioria da população dificilmente podia ver como uma real alternativa política, por outro, elevar-se a polarização pré-eleitoral, à medida que essa força se sentia tentada a proteger, sem ver a meio, as suas conquistas e a sua reputação, não se inibindo de utilizar a influência que ainda detinha sobre instituições por ela criadas.

— Económica. Com a mudança de regime, naturalmente que as dificuldades económicas prementes do país não desapareceram. A solução adoptada pelo antigo regime de alargamento do aparelho do Estado, de crescimento do sector público da economia e de

abertura das frentes de trabalho (FALMO), subsidiada em grande parte pela ajuda externa, não podia ser abandonada repentinamente. Mas não a abandonando, persistia-se em manter as condições que impediam o desenvolvimento de um aparelho produtivo nacional. Outrossim, continuava-se a infligir choques profundos à estrutura da sociedade, desarticulando-a e impedindo-a de se tornar autónoma. A persistência das políticas redistributivas com base em financiamentos externos revelava-se numa grande ameaça à democracia nascente ao dificultar à sociedade o assumir do papel que lhe é próprio no sistema político democrático.

— Social. O ressurgimento de uma sociedade civil actuante movia-se difícil, na situação de desarticulação social, caracterizada por fracos relacionamentos e pela inexistência de experiência e hábitos de associação. A atomização social, que se verificava, tinha quase liquidado os hábitos e costumes cívicos e o sentido do bem geral ou do interesse público como que desaparecera. Em tal ambiente a novidade do exercício de plenos direitos civis e políticos não podia deixar de ser foco de tensões, incompreensões e excessos.

A construção das instituições democráticas, a criação das condições para a sociedade se autonomizar e o desenvolvimento do país passariam pelo necessário desmantelamento das premissas básicas do regime derrotado. A primeira prioridade era naturalmente a criação de um ordenamento jurídico-político, que estabelecesse os princípios básicos do novo sistema político e consagrasse os direitos civis e políticos dos cidadãos, o sistema de governo e os processos e procedimentos que iriam reger a interacção do sistema político com a sociedade. Nesta óptica, a aprovação de uma nova Constituição da República mostrou-se indispensável.

O não reconhecimento pela oposição da necessidade de um novo Texto Constitucional fez reviver o conflito, ainda não totalmente resolvido, entre o regime de partido único e a democracia. Face a essa exacerbação da polarização política, até o momento mais ou menos latente, manifestaram-se tensões e fracturas cuja cristalização iria provocar sérios problemas ao processo de implantação e consolidação das instituições democráticas.

A aprovação da nova Constituição e da nova Bandeira Nacional, tomada possível pela maioria qualificada de dois terços dos deputados dada pelo MpD, desencadeou um forte movimento contra o que forças oposicionistas iam chamar de *ditadura da maioria* e de *presidencialismo do Primeiro Ministro*. Assim, de uma oposição de-

mostrada desejável passou-se, primeiro, para o combate aberto contra a liberdade da maioria se exprimir como tal, depois, para actos de esfrangalhamento dessa mesma maioria e, finalmente, para boicotes pontuais do próprio parlamento. Essas atitudes não ajudaram, em nada, a compreender a sociedade e pelas instituições do funcionamento básico da democracia. Pelo contrário. Contradiam, frontalmente, o princípio maioritário e negavam a responsabilidade das minorias na defesa das instituições. O espectro do regime do partido único continuava, pois, a assombrar o novo sistema político, perturbando o seu funcionamento e não permitindo que os seus diferentes actores fusessem ao cabal das suas potencialidades.

Dando vez às asserções de unicidade do poder, muitos assumiram em pleno a luta contra o executivo. Pelo caminho, desvirtuaram completamente os princípios da ordem política que, em união, proclamavam apoiar. Assim,

— A Constituição foi estigmatizada desde a primeira hora. A discussão pública do anteprojecto sofreu hesitações e tentativas de evasão da oposição à noção da indisponibilidade de uma nova Constituição; a inexistência na constituição dos procedimentos que iriam levar à sua aprovação; a incidência sobre a questão dos poderes do Presidente da República; e, finalmente, a recusa dos deputados da oposição em favor o seu debate no parlamento. O Presidente da República, eleito pela mesma maioria sociológica que colocou no parlamento os deputados que a aprovaram, agravou a situação com a sua postura, equívoca, na promulgação da nova Constituição e no acto de hastear da nova Bandeira Nacional, que marcou a entrada em vigor da Lei Fundamental.

As quase permanentes exigências de revisão da Constituição, feitas pela oposição, numa óptica pura de poder, e, também, reconhecidas pelo próprio Presidente da República ignorar, ostensivamente, a arma que fixa em 1997 o ano, a partir do qual será possível a primeira revisão. Tal atitude ainda sugere a forma como essa mesma oposição vê a Constituição: um texto partidário que pode ser modificado por razões também partidárias. Em toda lógica, a oposição parlamentar não se disponibiliza em explorar, crítica e construtivamente, o modelo instituído de modo a verificar as suas potencialidades e deficiências e a se posicionar estrategicamente na cena política. Negu as regras do jogo e anulam-se a tentar, sempre, robustecer a partida.

— A Presidência da República viu-se condicionada pela cultura que a

A vitória do MpD, arrecadando mais de dois terços de deputados, introduziu a possibilidade de redefinição e redireccionamento das instituições que emergiam no quadro do multipartidarismo. O grande potencial de iniciativa para uma mudança profunda das instituições, que resultou dessa vitória, ver-se-ia, entretanto, progressivamente diminuído

— Continua na pág. 4

Questões de Raça

Contribuição ao debate sobre as relações raciais

Este número especial do *Notícias Africanas* apresenta uma série de artigos que abordam as questões raciais em diferentes contextos africanos. Os textos são escritos por autores de renome e oferecem uma análise crítica e profunda das relações raciais na África. O conteúdo inclui discussões sobre a herança colonial, a luta por direitos civis, a discriminação e a construção da identidade racial. Este número é uma contribuição importante para o debate sobre as relações raciais no continente africano.

Notícias Africanas

CLIPPING SEMANAL
SOBRE OS PAÍSES
AFRICANOS DE
LÍNGUA PORTUGUESA
E ÁFRICA AUSTRIAL

Nº 87
12 e 18.12.1994

Continuação da pág. anterior

A sociedade e o Poder em Cabo Verde (III)

NOVO JORNAL, 18.3.95

instituição desenvolveu no outro regime, em que vigorava o executivo bicéfalo Pereira/Pires. A manobra do então partido único em consagrar uma relação similar no regime pluralista pela introdução, unilateral e ilegítima, do sistema semi-presidencial no revisito constitucional parcial de Setembro de 1990, criou as condições para que tal cultura se constituísse num lestro peridóssimo na redefinição desse órgão de soberania e também um foco de tensão nas relações com os outros órgãos. Assim se explicam as aspéctos, omissões e ambiguidades do Presidente da República no processo de aprovação da Constituição democrática e, posteriormente, as dificuldades demonstradas em construir uma Presidência em total acordo com o modelo constitucional vigente.

A democracia implica a separação e a interdependência de poderes. Os órgãos de soberania têm as suas competências constitucionalmente estabelecidas e são proibidos de afetar os poderes atribuídos a cada um deles. Nesse sentido, a postura da Presidência da República em não se conformar com as competências que lhe são dadas pela Constituição e, também, as tentações, algumas vezes manifestadas, de funcionar como um contrapoder, emulando uma reacção institucional contra a unicidade do poder do regime anterior, constitui um desvirtuamento grave dos preceitos constitucionais. A utilização pela oposição desse conflito, em parte real e em parte inventado, nas suas tentativas de procurar um *quasi impeachment* da Constituição, tornam ainda mais grave essas actuações por que colidem directamente com a unicidade, atribuída ao Presidente da República, de guardião, por excelência, da Constituição.

— A Assembleia Nacional, enquanto órgão de soberania que suporta o Governo, é o alvo de todos quantos ainda não se encontram libertos das concepções de unicidade do poder. Por isso, tem sido objecto de manobras mais violentas e de tentativas, que se revelaram vãs, de minar e, mesmo, demitir o Governo.

Esquece-se que a AN é a assembleia representativa dos cidadãos e, como tal, representativa dos interesses e clivagens sociais e políticas e, portanto, o local próprio para o debate e dirimir desses mesmos conflitos. Denigre-se o parlamentarismo, recorrendo a imagens subconscientes, ainda activas nos indivíduos e grupos, da AN monárquica, unânime nos pronunciamentos e com ceteros ceteros, à qual era estranha a existência de interesses diferenciados e plurais. (A percepção de si mesma da AN que, ainda, se vê numa IV legislatura, ou seja, dando seguimento às legislaturas do regime anterior, não ajuda muito no exorcismo desses imagens.)

Subverte-se o parlamento com a contestação do princípio maioritário, contrário lógico do princípio democrático, com as tentativas de abandono dos trabalhos do mesmo e com apoios claros a tentativas inconstitucionais de intrusão de novas forças políticas, a meio da legislatura e sem recurso ao voto. Acções constantes são dirigidas *vis media* com vista a demonstrar à sociedade a inoperacionalidade do parlamento, abusando do facto de não existir qualquer experiência histórica do parlamentarismo. Manobras são feitas para envolver os outros órgãos de soberania na campanha contra o parla-

mento como ficou sobejamente exemplificado no caso da notícia da pretensa intenção do Presidente da República de dissolver a AN. A reticência do PR em desmentir, independentemente das suas razões, objectivamente contribuiu para a campanha de certas forças políticas contra o parlamento.

Uma vez mais, o modelo do partido único, com um PR-secretário-geral do Partido, pregava-lhes uma partida. Esqueceram-se, completamente, que o PR e a AN são igualmente produtos da vontade popular e que a diferença entre eles reside, simplesmente, no facto da AN representar os cidadãos e o PR representar a comunidade político-nacional, os dois pólos do poder político, cujo relacionamento não pode fugir ao que está constitucionalmente estipulado.

— O Governo, face às tentações dos outros órgãos de soberania em se posicionar como contrapoderes, falhando, portanto, na solidariedade institucional implícita no princípio de separação e interdependência de poderes, adopta a atitude correspondente ao outro lado da moeda: o paternalismo de quem tem poder mas permite o desregramento dos outros. Nesse aspecto, o Governo também contribui para que o modelo constitucional do sistema de governo não seja aplicado em pleno e

pleno, no sentido do Estado se manter essencialmente como agente de redistribuição de rendimentos e, também, contrária a políticas de liberalização da economia, reforçou as tendências do aparelho do Estado de continuar a reproduzir-se nos moldes antigos, com os consequentes efeitos no desenvolvimento do país e na sociedade. Finalmente, a própria dependência da sociedade em relação ao Estado, agora em pleno gozo dos direitos civis e políticos, fez com que crescesse de forma desmedida, as pressões reivindicativas que invariavelmente têm acabado por ser politizadas.

Os choques sucessivos e directos sobre o sistema político, provocados pela sacção para além do razoável do espírito reivindicativo, e que atingiam particularmente o Governo, levavam a colocar esse órgão de soberania numa posição de permanente defensiva. Em tal posição, via-se em dificuldades para responder resolutivamente às intimações ou saltos de competência dos outros órgãos que, acatados ou apriados pela oposição, punham em causa o funcionamento do modelo constitucional; também mostrava-se inibido em romper o círculo vicioso de políticas económicas e sociais que só provocam desarticulação social e dependência. O Governo era vítima de

beleicida quando se deu ao Supremo Tribunal de Justiça as funções de Tribunal Constitucional. Noutras partes, as funções próximas da direcção política do Tribunal Constitucional impõem que uma maioria significativa de magistrados e juristas que o constituem sejam eleitos. Em Portugal, por exemplo, dez dos juizes são eleitos pela Assembleia da República e os outros três são nomeados pelo colégio dos dez eleitos. Os juizes do Supremo Tribunal dos Estados Unidos são nomeados pelo Presidente e confirmados pelo Senado, precisamente porque a esse órgão é dada a função de verificar a constitucionalidade, ou não, das leis e actos dos demais órgãos de soberania.

Em Cabo Verde, a junção das competências do STJ e do TC abriu um possível espaço de interferência política dos magistrados judiciais, considerando que os juizes designados pelo Conselho de Magistratura encontram-se em maioria (3-2) em relação aos outros, eleitos ou nomeados pela AN e pelo PR. Se ainda se tiver em conta os requisitos de elegibilidade para cargo de juiz do STJ e a função desse mesmo órgão, também como Supremo Tribunal Administrativo, vê-se que há fortes probabilidades para manifestações do espírito corporativo de titulares não eleitos dos órgãos de soberania em rela-

terferir na direcção política do Estado, torna a eventual manipulação de magistrados judiciais um perigo real, com consequências não só para o actual Governo como para a independência do poder judicial e para o processo de construção da democracia.

O processo de consolidação das instituições democráticas em Cabo Verde, com todas as suas contradições, incongruências e tentativas de fuga ao modelo jurídico-político vigente, deixa transparecer os seus pecados originais: a) os muitos equívocos políticos e institucionais que ficaram por resolver no processo de mudança de regime; b) as dificuldades comportadas por uma sociedade que, pela primeira vez, acordou para uma participação política plena, partindo de fráguas profundas de ordem económica, social e cívica; c) finalmente, os problemas não resolvidos do processo histórico cabo-verdiano que, a dado momento, imbricou com eventos históricos monumentais num contexto de relações internacionais, dominado por disputas ideológicas hoje completamente ultrapassadas.

A actual situação nas questões que essas ideologias levantaram e nas interpretações que permitiram só poderia, evidentemente, provocar paralisia social e submergir a sociedade numa realidade ficcional, carregada de efeitos perversos e de alienação.

Reformas políticas, contrariamente às revoluções, realizam-se na presença de fortes tendências para a continuidade nos domínios político, ideológico e institucional. O aprofundamento da reforma exige que o combate permanente seja travado nas diferentes frentes, o que só é possível realizar com sucesso, nos casos em que a liderança política demonstra uma visão e uma inteligência excepcionais. A mobilização de apoio social e político, significativo em cada uma das fases da reforma, a identificação e modelação das forças que vão constituir esse apoio, e a contenção e confinamento das resistências à mudança não constitui, realmente, tarefa muito fácil.

Simplifica-se o processo se, porém, se verificar o engajamento completo não só da liderança política do país mas também das demais forças políticas e da globalidade da sociedade, numa acção consciente e consequente de abandono das questões, que outrora polarizaram opiniões, condicionaram relações e definiram posturas pessoais e de grupos. A atenção social e política deve concentrar-se no que o modelo político, económico e social, consensualmente estabelecido, oferece e exige para uma exploração correcta das suas potencialidades. As tentativas de introduzir elementos novos, a meio de jogada, de reivindicar favores especiais e de reclamar exclusividade de protagonismo teriam que ser combatidas por acções enérgicas e colectivas.

A resistência interiorizada ao que é diferente, a relação conflituante de amor/ódio ao poder e o individualismo excessivo e perverso devem ser encarados como um mal que só será vencido num processo de densificação e complexificação das relações sociais e cívicas e de contínua institucionalização. Al, ninguém poderá pretender fugir à sua responsabilidade de cidadão e ao seu dever para com as gerações actuais e as futuras.

Uma vez mais, o modelo do partido único, com um PR-secretário-geral do Partido, pregava-lhes uma partida. Esqueceram-se, completamente, que o PR e a AN são igualmente produtos da vontade popular e que a diferença entre eles reside, simplesmente, no facto da AN representar os cidadãos e o PR representar a comunidade político-nacional, os dois pólos do poder político, cujo relacionamento não pode fugir ao que está constitucionalmente estipulado

experimentado até às suas últimas consequências.

As dificuldades do Governo em se posicionar de forma consequente residem, entre outros factores, na própria cultura das instituições que suprimem: o do excessivo peso do Estado na sociedade e na economia do país e nas dificuldades da sociedade civil em ganhar autonomia a todos os níveis. Os problemas de comunicação inter-ministerial e intra-ministerial, que constituem a norma no regime anterior, persistiram em parte, prejudicando o processo decisório, escamoteando a existência governativa e alienando os titulares com os beneficiários do poder pessoal, que acompanham a manutenção de sub-sistemas comportamentalizados.

A falta de clarificação no relacionamento entre o poder político e a Administração Pública, numa situação em que a Administração Pública recebida formalmente paralizada, aumentou os equívocos, deu origem a situações duvidas, que alguns chamam de perseguição, inibiu os titulares de arranjar colaboração de confiança e levou os mesmos a uma superintendência quase directa dos serviços, em detrimento das suas funções políticas. Outrossim, a enorme pressão exercida pela oposi-

ções que, em tudo, contrariavam a vontade popular, livremente expressa, de construção de uma democracia e de rejeição completa de uma economia estatizada e aversa à iniciativa privada.

As dificuldades de comunicação com a sociedade, derivadas de entendimentos e passagens equívocas quanto ao papel dos órgãos de comunicação do Estado em democracia, tornou ainda mais difícil a tarefa de fazer face às tendências regressivas que persistem no sistema. As crises passadas pelo Governo confirmaram, entretanto, que o apelo popular, que colocou o país na actual senda, continua em grande medida, bem vivo.

— (Os Tribunais, em democracia, são órgãos de soberania que não têm funções de direcção política. Enquanto órgãos que a democracia postula como absolutamente independentes, recebem na nova Constituição, protecção expressa contra interferências do poder político, e particularmente contra quaisquer interferências do Governo, numa demonstração da forte reacção do legislador cabo-verdiano à subalternização a que os Tribunais eram submetidos na I República.

Aproximidade do poder judicial do poder político viu-se, entretanto, esta-

ção a outros que deitam legitimidade directa.

O estado em que a magistratura nacional se encontrava no momento de implantação da democracia, derivado, nomeadamente, de anos de instabilidade e de pressões constantes do partido único, muito dificilmente poderia ser considerado de adequado para a assunção das extraordinárias funções que lhe foram atribuídas pela Constituição. A falta de resultados concretos no inquérito à polícia política, a morosidade em processos de particular importância no momento histórico vivido, designadamente, no que respecta aos direitos, liberdades e garantias, e o acto inédito de renúncia em bloco do Supremo Tribunal de Justiça, em Maio de 1992, são alguns exemplos de acções e omissões que não têm favorecido a emergência do Estado de Direito democrático.

A oposição, ao pressionar o STJ e o Tribunal de Contas no sentido de adoptar uma postura de contrapoderes ao Governo, procura capitalizar sobre as atitudes reactivas, pessoais e institucionais, que os magistrados poderão desenvolver na relação com o poder político, durante a vigência do partido único. A existência de canais susceptíveis de serem usados para in-

Questões de Raça

A SOCIEDADE E O PODER EM CABO VERDE (IV)

NOVO JORNAL, 21.3.95

Humberto Cardoso

Historicamente, constata-se que a acontecimentos sociais e políticos de grande envergadura, portadores de profundas mudanças nas relações de poder numa comunidade, seguem-se um lenio mas progressivo desvanecer da euforia que, pouco antes, parecia animar e sustentar toda a gente na realização de tarefas impensáveis em tempos normais. O regresso à normalidade da vida, com todas as suas complexidades e interesses múltiplos, muitas vezes, conflitantes, tem um efeito anti-climático que provoca em muitos o desencanto, a desilusão e, mesmo, o ressentimento em relação àquelas que, de forma mais pronunciada, personificaram a mudança. A sociedade vê-se, novamente, obrigada a enfrentar os seus problemas de sempre, a confrontar as suas fragilidades mínimas e a projectar-se nas suas esperanças, que, embora vividas nos acontecimentos recentes, nem por isso se mostram de concretização imediata.

A manutenção de uma atenção e uma energia sociais direccionadas para o aprofundamento das transformações do ambiente socio-político, iniciadas a nível *macro* mas que para se sustentarem precisam existir a nível *micro*, dependem, nomeadamente:

— da natureza, qualidade e complexidade das relações sociais e, ainda, do seu grau de autonomia;

— das características das organizações que constituem a interface da sociedade com o sistema político.

A instauração da democracia põe a nu, com especial clareza, as deficiências da sociedade, na medida em que sendo o sistema político mais exigente e abrangente em termos de participação popular, fundamenta-se precisamente na negação de qualquer forma de exclusão e, por conseguinte, no direito à diferença e no princípio de igual oportunidade. Uma sociedade como a cabo-verdiana, construída a modelar-se no após a independência, com base na diferenciação a vários níveis de quem é *né* e quem é *eles* (combates militantes; direcção superior e Partido; militantes e não militantes; exploradores do povo e povo; patriotas e não patriotas; emigrantes e nacionais, etc.) grandes dificuldades manifestam em reajustar-se a uma vivência em que todos são iguais perante a lei e em que o poder político é legitimado na base de um cidadão, um voto.

A exclusão, para ser real, precisa organizar-se, isto é, definir os termos de pertença e não-pertença, esforçar-se por manter os privilégios dos incluídos, competir com outros grupos para ser mais *dentro* e, naturalmente, procurar reproduzir-se. Não valendo os direitos de nascimento porque só o *Partido*, enquanto instrumento da história, é eterno, procura perpetuar-se pelo processo de cooptação dos mais leais e dos que dão maiores garantias. Assim, alargam-se o conceito de conteúdos da liberdade da pátria para que o exclusivismo do grupo não se perca e não se perifique. Chamam-se organizações-viáveis para se ter material novo para cooptação futura e procura-se enquadrar todo o mundo, para que cada um

saiba o seu lugar. Um sistema de pontualidades e recompensas mantém tudo no seu lugar e uma hipocrisia oficial — todos são, afinal, camaradas — tranquiliza consciências e relembra que, colectivamente, estão simplesmente a empurrar a grande roda da História.

A democracia corre, lenta mas inexoravelmente, o sistema. Para se instalar, reclama o voto igual, livre e secreto; para funcionar, exige, designadamente, liberdade de expressão e de informação; para se manter, obriga-se ao seguimento estrito de leis escritas e publicadas; para ser efectivo, precisa de órgãos de direcção, constituídos por cidadãos com mandatos, ou seja, eleitos pelo voto popular. Os pressupostos do outro sistema — o exclusivismo da legitimidade histórica, o clientelismo, a cooptação — não conseguem resistir, por muito tempo, aos efeitos erosivos da prática democrática.

Mas isso não se realiza sem uma grande luta. A antiga elite dirigente e a sua clientela procuram metamorfosear-se em formas pacíficas de acção e com o mesmo direito dos outros; apressam-se como vítimas quando apertados, e esforçam-se, subrepticamente, por impedir o desenvolvimento de relações sociais e económicas que aprofundem os efeitos de desgaste da vivência democrática, sobre a sua rede de influências e sobre os seus clientes. Tornam-se, nessa lógica, os maiores denunciantes de corrupção, os mais exigentes no acausar das acções dos responsáveis pelo Estado democrático e os mais fervorosos na defesa das normas por eles introduzidas quando no poder, cientes das motivações hipócritas e instrumentais que os animavam então.

Chegam ao ponto de se afirmarem como os mais democratas em tentativas de extirpação, até quase ao absurdo, de elementos parciais da filosofia liberal. O objectivo é abrir completamente o sistema político democrático a arrebatadas sucessivas de forças sociais, através do exercício dos direitos civis e políticos, sem a mediação das instituições, ainda por consolidar, e sem o sancionamento e a moderação, que a noção de interesse público é o sentido do homem geral, naturalmente, crie.

Anne Applebaum, num recente artigo na revista "Foreign Affairs" (Nov/Dez 1994), faz um conjunto de observações sobre as relações de poder nas sociedades em transição na Europa de Leste que, em alguns casos, têm facilitado o regresso dos ex-comunistas ao poder.

Não é o espectro de 1930 (o nacionalismo exacerbado) que assombra a Europa Central, mas sim o velho modelo italiano — regimes corruptos dirigidos pelos antigos partidos comunistas, ou seja, parte da nomenclatura, e os políticos comunistas mantêm-se intactos, criando uma classe dirigente que conserva poder em várias esferas, não deixando muito espaço para uma real competição nos debates políticos e

O MpD emergiu triunfante na cena política, porque soube canalizar e focalizar a energia do movimento popular constituído em 1990, no processo de luta pelos direitos civis e políticos e pela democracia. Se, de um lado, a origem do MpD garantiu-lhe a vitória e um caminho apelo popular ao longo do seu mandato, por outro lado, deixou-lhe mal equipado para as dificuldades técnicas do uso do poder

económicos. [isto porque] (...) com melhores contactos, mais dinheiro e mais propriedade para se iniciarem, os ex-comunistas têm sido os maiores beneficiários dos últimos quatro anos de reformas económicas. Não é, portanto, surpresa que os partidos dos ex-comunistas sejam melhor financiados e organizados que os partidos criados pelos dissidentes do regime comunista.

Em Cabo Verde, o protagonismo da antiga elite e da sua clientela na preservação, o máximo possível, das condições de outrora — ao mesmo tempo que, com os meios que dotam, fazem uso rápido das novas oportunidades para, no futuro próximo, poderem dar cartas, no quadro das novas relações económicas — tem um efeito imediato: uma certa travagem do processo de autonomização da sociedade, tomada possível pela democracia. Neste, essa elite é objectivamente ajudada pela inércia dos interesses imediatos de vários estratos sociais e pelo receio do desconhecido que, na nova sociedade, ficou mais virado por anos de existência no limiar da sobrevivência, da qual se escapou para cair na dependência complexa do Estado. Assim.

funcionários do Estado são sensíveis a políticas que visam reduzir os efectivos da Administração Pública e adquirem as funções não mais estritamente controladoras mas sim facilitadoras, exercidas de forma descentralizada e desconcentrada, num quadro de uma economia de mercado. A responsabilidade de controle do crescimento do

Orçamento do Estado e do seu défice colide, de imediato, com a segurança que o trabalho na Função Pública habitua o funcionário, apesar de, a médio e longo prazo, esse controle se mostrar como um dos principais factores de prosperidade do país, pela estabilidade em termos macroeconómicos, que ajuda a manter.

quadros na Função Pública e no sector público geram-se inconformidades com a perspectiva do Estado evoluir para uma nova relação com a economia nacional e com a sociedade. Não há percepção clara das novas possibilidades de avanço, em termos profissionais e pessoais, que se abrem, à medida que o Estado abandona o controle administrativo tradicional em favor de uma gestão macroeconómica, suportada por políticas, designadamente, monetária, financeira e fiscal, e que estimula a sociedade no sentido de ganhar mais autonomia de participar na construção de um aparelho produtivo nacional. Curvo-se, pelo contrário, as acusações absurdas de *ultra-liberalismo* e os apelos dos novos militantes da justiça social, em reacção à perda análoga dos privilégios e do poder tradicionais, ao mesmo tempo que se consolida o reforço do espírito anti-empresarial em certos sectores de opinião.

trabalhadores no sector empresarial do Estado reciam políticas de reconstrução das suas empresas, porque implicam a desnacionalização financeira e privatizações que, em muitos casos, obrigam a despedimentos. Não é fácil para eles compreender que o seu emprego é custado, em grande parte, não pela empresa mas, sim, pelo Estado, e que tal situação não pode permanecer indefinidamente, sem capota para a empresa e sem a possibilidade de uma dinâmica empresarial geradora de novos postos de trabalho para os desempregados e para os que procuram o primeiro emprego.

comerciantes têm dúvidas em relação à liberalização do comércio, porque habituaram-se a ganhos certos, através do sistema de *plafond*, que dava a alguns o monopólio de facto das importações, mantinha a competição sempre um passo atrás, permitia concluir na colocação de preços e evitava o investimento no conhecimento de mercados estrangeiros.

industriais recomendam cautela na liberalização do comércio externo, porque, habituados às políticas protecionistas do modelo económico de substituição de importações, não se preocuparam devidamente com a produtividade, nem com a aquisição de tecnologia adequada e, mais ainda, com o conhecimento dos mercados de exportação. Com a protecção do Estado, capitalizaram os seus custos pelos consumidores e poderiam colher lucros fabulosos sem muito investimento em tecnologia e em recursos humanos.

trabalhadores das FAIMO desconfiam de políticas de reconstrução de mão-de-obra, porque reatam a consuetude dos trabalhos públicos e liberais o indivíduo para incertezas do mercado de trabalho mesmo que, a prazo, o novo ambiente económico aumente as possibilidades de conseguir um trabalho

mais compensador, a todos os níveis.

Os receios, as dúvidas e as desconfiças dos vários actores económicos e sociais reforçam a inércia social, inibindo, assim, o desenvolvimento de formas organizadas de interacção com o Estado, capazes de exprimir os seus interesses, de ajudar a modelar as políticas económicas e de contribuir para o desmantelamento da economia estagnada, que conduzia o país a um boco sem saída. Oursim, essas manifestações servem bem para que a anterior elite e a sua clientela mantenham a sua posição privilegiada nos mais diferentes domínios e instituições, não deixando, porém, de aproveitar — e bem — as possibilidades abertas, enquanto a sociedade se encontra paralisada pela dúvida.

A democracia sofre, porque a única acção que os mesmos actores, assaltados por receios, conseguem desenvolver resulta, na prática, no exacerbar das demandas de um boco, cada vez menor e em risco de, a prazo, se reduzir ainda mais, com a actual atitude dos países doadores em relação à ajuda externa. Sofre, ainda, porque a democracia funciona melhor com um elevado grau de autonomia da sociedade em relação ao Estado e num ambiente sócio-político sem as tensões permanentes, que a politização de todas as questões, económicas, materiais, etc., derivada da dependência de uns e outros do Estado, naturalmente acarreta.

O desenvolvimento do país é comprometido, por outro lado, na medida em que os potenciais beneficiários de uma economia aberta, dinâmica e auto-sustentada, não se engajam, de forma clara e directa, nas transformações necessárias nem demonstram o seu apoio, explícito, crítico e construtivo, às medidas tomadas na sua implementação. Com a mudança e a inércia, em termos associativos, reforçam as resistências institucionais à mudança e ficam incapacitados de expressar a sua desaprovção em relação à implementação deficiente das medidas já publicitadas. O Governo, sem o feedback da sociedade e da pluralidade dos interesses, que a constituem, maiores probabilidades tem de falhar, por acções e omissões, e de acabar prisioneiro da cultura organizacional das instituições que superintendem.

A incapacidade da sociedade em se exprimir, convenientemente, nos seus múltiplos interesses, reforça os pontos de contacto com o sistema político e concede aos partidos políticos o monopólio de influência, a todos os níveis, da vida do país. Como todos os monopólios, a exclusividade de diálogo dos partidos com o sistema político, que isso provoca, dá lugar a perversões que, ao serem aprofundadas, vão reflectir-se no desamparo das entidades na sociedade e na democracia.

O reducionismo do papel dos partidos é uma das consequências mais óbvias dessa situação. O partido deixa de se preocupar com a tarefa de concorrencia para a formação de vontade política do povo e para a organização do poder político, para se fixar exclusivamente sobre a questão do poder. Em vez de apresentar alternativas políticas, de ve-

Continua na pág. 6



Notícias Africanas

CLIPPING SEMANAL
SOBRE OS PAÍSES
AFRICANOS DE
LÍNGUA PORTUGUESA
E ÁFRICA AUSTRAL

Nº 87
12 a 18.12.1994

Continuação da pág. anterior

A SOCIEDADE E O PODER EM CABO VERDE (IV)

cular as suas opiniões e posições sobre as políticas e acções do Governo, de informar a sociedade e organizar a sua participação política e, ainda, de participar nos órgãos de poder político de forma a consolidar-se as direcções para a defesa do interesse público, o objectivo resume-se a apoiar-se do poder, no mais curto espaço de tempo. Para isso, desvirtua-se o Governo, põe-se em causa as instituições, instrumentaliza-se a sociedade para a lançar directamente contra o sistema, e manipula-se a informação em críticas não equilibradas por propostas alternativas, que permitam aos cidadãos ver o fundo das questões e agir, livremente, sobre elas.

A questão do poder foi central para os partidos políticos nos primeiros anos da democracia cabo-verdiana, desviando-os das suas múltiplas funções e, a prazo, comprometendo, mesmo, a sua permanência e aceitabilidade social e política. Se não, vejamos:

O MpD emergiu triunfante na cena política, porque soube canalizar e focalizar a energia do movimento popular constituído em 1990, no processo de luta pelos direitos civis e políticos e pela democracia. Se, de um lado, a origem do MpD garantiu-lhe a vitória e um contínuo apoio popular ao longo do seu mandato, por outro lado, deixou-lhe mal equipado para as exigências próprias do uso do poder. Realmente, as suas raízes profundas na sociedade cabo-verdiana tornaram-se num *handicap* quando, entre outros factores, as ambivalências da relação da sociedade com o poder, derivadas de séculos de convivência com poderes estranhos (um mais ou menos remoto e outro opressivamente muito presente) condicionaram a sua postura e actuação ao longo de todo o processo de desalojamento do partido único de cada uma das instituições do país.

A aprendizagem do MpD no exercício do poder tem sido, em certa medida, a aprendizagem global de uma sociedade que, pela primeira vez, se vê na posição de determinar o conhecido e a forma do poder, ao mesmo tempo que, lenta mas seguramente, ultrapassa os traumas e as desconfianças, deixados pelas relações de outrora. Das os complexos, as dúvidas e as ansiedades, muitas vezes manifestadas pelo poder na actual vigência do regime democrático, bento contrasta, fortemente, com a postura desembaraçada e focalizada do ex-partido único, reveladora de uma capital cultura de poder, que é assumida na resistência à perda de influência nas instituições do Estado.

As tensões aí geradas submergem o MpD a impulsos contraditórios, designadamente: um que aposta na emulação dos métodos, já conhecidos, do exercício do poder, ou seja de métodos similares aos do partido único; outro que se presta a continuar o processo de aprendizagem, suportando as dúvidas, as ansiedades e os desencantos; e ainda um outro que posterga o poder, procurando ficar em bem com todos, mas sacrificando a coerência do exercício do poder. Como é de esperar, estes impulsos não se materializam em correntes de acção dessa organização nem

são assumidos separadamente por indivíduos. Convivem global e comodamente na organização, reflectindo-se nas acções, omissões e ambiguidades do exercício do poder.

A crise no MpD em 1993/94 está intimamente ligada a desequilíbrios nessa convivência, provocada pelas tensões enormes que a organização teve que suportar até a aprovação da nova Constituição. Manifestações de uma certa proximidade de um dos impulsos — acumulação de métodos similares aos do partido único — como reacção às pressões da oposição, aliadas a tentativas de controlo da liderança do partido, desencadearam uma reacção em cadeia que conduziu o seu curso na Convenção Extraordinária de Fevereiro de 1994. Aí, a organização, face à grave anomalia no seu seio, reagiu violentamente, acabando por restaurar o equilíbrio interno através da reafirmação dos princípios e valores iniciais e da confirmação da sua liderança.

O processo de aprendizagem continua, não obstante o seu trilhar tortuoso e doloroso. A resposta, tanto da organização como da base social de apoio, à

va ou negativa.

O PAICV sofre as consequências devastadoras do reducionismo da sua postura como partido político. Centrou-se na defesa das opções caducas do partido único e da sua herança ideológica, resistiu, esforçada e publicamente, à perda de influência nas instituições, e persistiu na utilização de certas táticas de luta política que o distinguem como uma organização à parte na sociedade cabo-verdiana. A nova liderança, desconfia de se mostrar digna das tradições do partido, ansiosa pelo acesso à governação e, também, muito consciente da presença, mais ou menos na sombra, dos antigos dirigentes, optou por uma estratégia de derrube do Governo, que veio a revelar-se infrutífera, sacrificando no processo a sua chance de se afirmar como uma alternativa credível.

A estratégia de poder do PAICV é uma estratégia de curto prazo. Por isso, por um lado, não se retém de atacar, com todas as armas possíveis, o Governo, mesmo sabendo do prejuízo que causa ao país e das dificuldades que cria a qualquer outra força política que, futuramente, venha a assumir o poder, por

que surge com um passivo enorme de desconfiança da sociedade, devido ao simples facto de alguns dos seus dirigentes não se terem referido, na sequência do seu afastamento do poder, de expor, com honestidade crassa, os seus ressentimentos e o desejo incontornável de regresso ao poder, sem qualquer preocupação pelos meios utilizados.

Algumas individualidades políticas deixam-se apenar no frenesim das disputas pelo poder e dos equívocos que a classe política alimenta, e gozam de alguma notoriedade, enquanto se mostram controversas. Se a sua postura pública, ainda crítica e independente, se clarifica e o seu compromisso com a democracia se mostra inabalável, são imediatamente condenados ao ostracismo pelas mesmas forças que, pouco antes, teciam-lhes elogios e davam-lhes espaço privilegiado nos seus jornais.

A actual classe política cabo-verdiana, apesar da diversidade da maioria esmagadora dos seus membros, em termos de ideias, de objectivos e da relação com o político, tem básica-

o poder e a resolver os problemas inerentes a esse exercício. Nesse aspecto ultrapassou, de longe, a sociedade cabo-verdiana, então confinada no império colonial português, com quem só viria a estabelecer ligações já numa fase avançada da sua existência. Não é, pois, de estranhar que na origem da participação política massiva dos cabo-verdianos, em 1974, os militantes desse partido tivessem estabelecido imediatamente a sua influência. Só eles, de facto, detinham o *know-how* de como organizar e de como mobilizar e canalizar a energia social para objectivos políticos específicos. O problema surge, porém, quando usam essa experiência para se eternizarem no poder e negarem à sociedade a possibilidade de determinar o poder que, em nome dela e sobre ela, é exercido.

A vantagem que o conhecimento dessas técnicas representa em determinados momentos históricos, de mudança profunda, envolvendo movimentos massivos da população, ou, então, na preservação de um regime autoritário, transforma-se no seu contrário, num ambiente de democracia. Quer dizer que o *know-how* adquirido com, contra e à volta do PAICV, mas que se baseia na mesma cultura organizacional, tende a tornar-se num peso terrível, em situações de normalidade democrática.

O drama da nossa classe política provém precisamente das dificuldades em se libertar desse tipo de conhecimento e de experiência, tomado inútil, nas novas condições do país. A sua obsessão pelo poder, porém, não a ajuda muito porque ao tentar conquistá-lo, a todo o custo e imediatamente, revela muito da sua origem e dos métodos que aprendeu, levando a sociedade a reagir com desconfiança e sentimentos de rejeição.

A possibilidade de participação política plena, que acompanha a implantação da democracia, abre o caminho para a resolução do conflito entre a sociedade e o poder. A oportunidade de aprendizagem política, que é oferecida, continuamente, pelo normal funcionamento das instituições democráticas, permite a criação e a afirmação de uma classe política totalmente liberada das tradições e métodos caducos de como chegar e manter-se no poder.

A revolução de cultura política e cívica que isso implica, deve ser encarada como absolutamente necessária por aqueles que hoje se encontram envolvidos na construção da democracia. Porque, só deixando a sociedade livre para evoluir naturalmente nas suas relações com o político poderemos ter a esperança de ver emergir uma verdadeira comunidade político-nacional, livre, positiva e dinâmica.

Para isso, é, porém, fundamental que deixemos o processo de institucionalização da democracia, em curso, prosseguir sem interrupções forçadas e que o seu sistema de referência fundamental — a Constituição — seja respeitado na íntegra, e defendido por todos, até o momento próprio de uma reapreciação construtiva das suas virtudes e defeitos.

O PAICV sofre as consequências devastadoras do reducionismo da sua postura como partido político. Centrou-se na defesa das opções caducas do partido único e da sua herança ideológica, resistiu, esforçada e publicamente, à perda de influência nas instituições, e persistiu na utilização de certas táticas de luta política que o distinguem como uma organização à parte na sociedade cabo-verdiana. A nova liderança, desconfia de se mostrar digna das tradições do partido, ansiosa pelo acesso à governação e, também, muito consciente da presença, mais ou menos na sombra, dos antigos dirigentes, optou por uma estratégia de derrube do Governo, que veio a revelar-se infrutífera, sacrificando no processo a sua chance de se afirmar como uma alternativa credível.

crise referida acima, permite prognosticar sucesso sem empoeiramento. Outrossim, as oportunidades criadas pela oposição nos seus sucessivos desafios ao poder têm sido aproveitadas na coerção dos processos e procedimentos previstos pela Constituição para a confirmação e o exercício do poder, afastando, em consequência, para cada vez mais longe, as tentações do uso de métodos autoritários.

Entretanto, as deficiências sociais, a nível do estabelecimento de ligações horizontais entre os indivíduos, visíveis, nomeadamente, na fraca capacidade associativa e na percepção, ainda não muito clara, do que é o bem comum, fazem-se sentir dentro da organização. O pesimismo, o subjectivismo e a falta de espírito de equipa são sinais disso. Por outro lado, o debate vivo, a presença do contraditório e a larga autonomia das estruturas também demonstram que nada disso é a pacífico e que a procura do caminho certo persiste. O grau do apoio social, ganhanço a cada momento, indicará se a evolução da organização é posi-

outro, esforça-se por impedir o aparecimento de qualquer força política expressiva que não lhe siga as pisadas, em termos de discurso e em termos táticos, comprometendo o debate plural na sociedade e, a prazo, a eventual redução da base social de apoio do MpD como resultado do aparecimento de organizações autónomas e politicamente credíveis.

Entretanto, como força eleita da oposição, falhou, não se revelando capaz de mostrar à sociedade qual deve ser, de facto, o papel da oposição no sistema democrático. A sociedade fica mais pobre, porque não se lhe oferecem alternativas sérias e fiáveis: somente intrigas, agitação e tentativas de golpes de mão, acompanhadas de exigências de demissões, eleições antecipadas, etc.

Outras iniciativas políticas que vêm surgindo no país, são, quase que instantaneamente, modeladas pelos padrões discursivos e táticos já estabelecidos pelo carácter imediatista de procura do poder. O PCD é o exemplo mais flagrante de uma organização

mente uma origem comum: as movimentações que conduziram à independência nacional e as controvérsias geradas no seio e à sua volta, anteriores e posteriores a esse acontecimento. Assim, entre os políticos nacionais encontram-se combatentes e ex-combatentes; militantes de clandestinidade em Portugal e outros das células em Cabo Verde; rivais do PAICV, antes e depois da independência; militantes expulsos ou saídos do PAICV nos anos setenta; quadros de partido, criados e promovidos após a purga dessa força política e o abandono do projecto de unidade com a Guiné; e quadros refractários à dominação político-partidária do PAICV nos anos oitenta. Todos dizem-se democratas e podem, eventualmente, funcionar como tal, mas é na relação concreta com o poder que denunciam a sua origem.

O PAICV, enquanto organização criada na base dos princípios do leninismo e imbuída de uma estrutura militar-política para fazer face a uma guerra colonial de mais de dez anos, aprendeu, desde muito cedo, a exercer

Notícias Africanas

I Encontro Brasil-África em Baía

AFRICANOS QUEREM MAIOR APROXIMAÇÃO

NOVO JORNAL, 23.3.95

O "I Encontro Brasil-África: Intercâmbio Cultural, Turístico e Comercial", que decorre em Salvador, Baía, debruça-se sobre, essencialmente, trocas de opiniões e informações acerca das perspectivas de incremento das relações nos dois sentidos.

O evento - cuja realização foi apoiada por organismos oficiais brasileiros - tende a ser um primeiro passo para a criação de uma verdadeira "bolsa de negócios" entre o Brasil e o continente africano.

O comité de organização, apesar de ter confirmado previamente a presença de delegações de 17 países africanos, na véspera da sua abertura, viu a participação de meia centena de empresários. Só Cabo Verde, Gabão e Namíbia têm representantes oficiais no encontro.

A imprensa internacional deu conta de um ou outro empresário a circular entre a sala de conferências onde se realiza um seminário e os "stands" de artesanato e empresas que expõem ou fazem publicidade dos seus produtos e empreendimentos.

Cabo Verde está representado pelo seu Cônsul-Geral em São Paulo, Aguinaldo Rocha, o Gabão pelo seu Ministro da Marinha e Pescas, Joachim Mahothes-Magoun Dini, e a Namíbia pelo Presidente da Câmara Municipal de Windhoek, Matheus Shikongo.

Com a presença confirmada até ao dia do encontro, muitos agentes económicos, professores universitários e especialistas de assuntos africanos acabaram por não comparecer em Salvador, tirando brilho ao seminário económico, político, comercial e cultural programado, ini-

ciado na passada quinta-feira, limitando-o a exposições de catedráticos, diplomatas e políticos brasileiros, conforme sublinha a agência Lusa.

Aguardado com grande expectativa de que pudesse representar um "virar de página" nas relações comerciais e culturais Brasil-África, pela forma como foi anunciado, o encontro de Baía acabou por mostrar no seu primeiro dia que, apesar de Brasília a ter colocado como uma das prioridades da sua política externa, esta talvez não seja ainda a hora de um estreitamento dos laços do Brasil com aquele continente, apontou a Lusa.

A ausência de representantes de Angola, por exemplo, foi justificada pela organizadora do encontro, Regina Coeli, com "as graves dificuldades financeiras que aquele país atravessa".

Tal facto é atribuído tanto a uma certa indefinição do cenário político-económico de alguns países-chave para a grande arrancada do investimento brasileiro em África, como África do Sul e Angola, como à própria desinformação do conjunto da sociedade brasileira sobre as suas relações históricas com o continente, seus recursos e potencialidades.

Ao deslocar-se à capital da Bahia com o seu sócio português, Virgílio Sousa - radicado na Namíbia há 30 anos -, o Presidente da Câmara de Windhoek tomou mais evidente o longo caminho a percorrer até que agentes económicos e órgãos oficiais de um e outro lado do Oceano Atlântico saiam da actual letargia para explorar grandes oportunidades de intercâmbio que já se lhes deparam.

"Com uma população e um mercado exíguos, a Namíbia é a primeira vítima do excesso de procura de produtos africanos por parte dos países vizinhos", disse Virgílio Sousa à agência Lusa, quando explicava a necessidade premente que os agentes económicos do seu país de imigração sentem de procurar alternativas de intercâmbio.

Corca de 95 por cento dos 500 milhões de dólares em mercadorias importados anualmente pela Namíbia provêm da África do Sul, que já não corresponde integralmente às necessidades da sua antiga província.

Matheus Shikongo e Virgílio

Sousa são sócios em três empresas de pesca em águas profundas, com autorização para explorar cerca de 50 mil toneladas de peixe por ano, mas sem possibilidade de o fazer, por falta de barcos.

Em contactos com organismos empresariais da Bahia, nos últimos dias, têm tentado encontrar empresários interessados em fornecer-lhes embarcações e na criação de "Joint-Ventures" para abastecer o mercado namibiano com vários produtos primários e manufacturados, de alimentos a electrodomésticos.

Tentam também incentivar os seus congéneres a investir na Zona Franca de Windhoek, criada recentemente, e na área do porto de Walves Bay, ponto privilegiado do escoamento de mercadorias para o sul de Angola, Zâmbia, Botswana, Zimbábue e Moçambique, e que ainda está subaproveitado, segundo Virgílio Sousa.

Semelhanças climáticas entre os dois países e a grande experiência do Brasil nesse sector, levam o Ministro do Gabão, Mahothes Magouindi, a deslocar-se ao Brasil com a missão de estabelecer contactos para a importação de material de construção, destinado a suprir as carências habitacionais do seu país.

O Gabão está interessado em promover um aumento substancial do intercâmbio comercial com o Brasil, através da compra de produtos primários, alimentos e maquinaria e da venda de madeiras, manganês e urânio.

Pelos termos em que foram colocadas a jornalistas que cobrem o encontro de Baía, as propostas de gaboneses e namibianos pareceram mais um apelo ao Brasil para que se abra aos potenciais parceiros africanos, passando da retórica político-diplomática a bases mais concretas para uma ampla cooperação.

As vendas do Brasil para os países africanos aumentaram 25 por cento em 1994 em relação ao ano anterior, atingindo o montante de 1,3 mil milhões de dólares, mas continuaram a representar apenas três por cento do total de exportações de produtos "made in Brasil" naquele ano.

ASDI AJUDA DESLOCADOS DE HUÍLA

NOVO JORNAL, 27.3.95

Mais de 160 mil dólares constituem o montante que está a ser utilizado pela associação não-governamental sueca ASDI na região da Huíla (sul de Angola), para apoiar os deslocados de guerra, disse a agência Lusa fonte daquela organização.

O projecto, dividido em duas fases, encontra-se no final da primeira etapa que incluiu o fornecimento de ajuda alimentar aos refugiados do Lubango e do município da Humpata.

A segunda fase, a iniciar-se no final do ano, tem como finalidade a construção de um bairro residencial para mutilados de guerra e postos médicos.

Inicialmente, o projecto foi concebido para a província do Huambo, mas devido à guerra a ASDI decidiu implementá-lo na Huíla.

"Pensamos que ainda não fizemos muito para acudir àqueles que vivem em dificuldades, mas estou em crer que os nossos planos vão abranger mais necessitados", referiu a mesma fonte.

No total são mais de 100 mil deslocados, carenciados de ajuda

alimentar e existentes na província da Huíla, apesar do apoio que recebem do governo e das organizações não-governamentais internacionais e nacionais, no quadro do programa de emergência.

Estes deslocados são maioritariamente provenientes dos municípios do norte e leste da província (Caluquembe, Caconda, Chipindo e Cuvango), que estiveram muito tempo ocupados militarmente pela Unita.

O regresso dos deslocados é desaconselhado pelas entidades militares, devido à instabilidade ainda verificada nas estradas.

Fugidos denunciam preparativos para guerra

Os sete guerrilheiros da Unita que se apresentaram dia 9 às autoridades de Cabinda denunciaram, em conferência de imprensa, o partido de Savimbi de estar de novo a preparar-se para a guerra.

O grupo, chefiado pelos aspirantes Raimundo António e Valentim Bento, 24 e 25 anos, disse que a Unita "está a concentrar efectivos e material de guerra nas

localidades de Sanga e Kifuma (município de Belize) para atacar vários pontos da província de Cabinda".

Os dissidentes da Unita afirmaram à imprensa na semana passada que, numa primeira fase, o partido liderado por Jonas Savimbi pretende "desestabilizar a região através de emboscadas, ataques e minagens no troço rodoviário Buco-Zau/Belize".

As regiões de Buco-Zau e Belize são consideradas as principais fornecedoras de produtos agrícolas à cidade petrolífera.

Desavenças internas, tribalismo, falta de alimentação e "a intenção de os oficiais pretenderem retomar a guerra" são as razões que o grupo diz terem pesado para o seu abandono das fileiras da Unita.

Os dois oficiais disseram que foram incorporados nas forças armadas da Unita (FALA) em 1993, o primeiro na província do Cuanza Norte e o segundo no Uíje.

Os dois oficiais disseram que receberam treinos militares durante dois meses numa base militar da província angolana do Zaire.

Cooperação com Moçambique...

PÚBLICO, 28.3.95

UM OFICIAL superior do Exército português acaba de ser designado para conselheiro militar do ministro da Defesa de Moçambique, a pedido do Governo daquele país. Trata-se do coronel Brás da Costa, o oficial que desempenhou as funções de adido de Defesa na Embaixada de Portugal em Maputo, durante a complexa fase das negociações de paz entre a Renamo e o Governo moçambicano. Entre 1990 e finais de 1993, Brás da Costa foi o elemento-chave para a ligação entre as autoridades portuguesas e moçambicanas nas questões relacionadas com a cooperação técnico-militar. Foi igualmente o elemento de ligação com a ONUMOZ, na fase da chegada e instalação do contingente português (BTM4) que integrou a força internacional de paz. Profundo conhecedor da situação político-militar daquela região da África Austral, Brás da Costa foi o nome que os responsáveis moçambicanos sugeriram a Portugal para desempenhar as funções de assessor do ministro da Defesa de Moçambique. A nomeação processa-se ao abrigo dos acordos de cooperação celebrados entre os governos de Lisboa e de Maputo. O coronel Brás da Costa, que já se encontra em Moçambique, desempenhava, até à data da nomeação, as funções de comandante do Regimento de Infantaria de Beja. No Ministério da Defesa, em Lisboa, considerou-se que "foi uma escolha feliz tanto para os interesses moçambicanos como portugueses". E isso — garantem — não se deve apenas ao facto deste oficial ter nascido em Moçambique e ter trabalhado boa parte da sua vida naquele país. ■

... e novo embaixador

O GOVERNO português acaba também de nomear um novo embaixador para Moçambique. É o diplomata Rui de Brito e Cunha, que cessa funções em Argel. No domingo, Brito e Cunha foi recebido pelo Presidente argelino, Liamine Zeroual, em audiência oficial para apresentação de cumprimentos de despedida. Para Argel, em substituição de Brito e Cunha, foi designado o diplomata José Sitchini Vieira. ■



Secretário de Relações Exteriores da UNITA em entrevista ao PÚBLICO

PÚBLICO, 31.3.95

“Para que a democracia se afirme em Angola é necessário que haja uma oposição forte”

Jorge Heitor

Alcides Sakala Simões, secretário da UNITA para as Relações Exteriores, com assento em Bruxelas, veio a Lisboa dizer que a paz em Angola está no bom caminho e que os pequenos incidentes de percurso não põem em causa o Protocolo de Lusaka. Só é preciso é que exista uma genuína vontade de democratizar e... uma oposição forte.

O homem que o Congresso do Bailundo escolheu, no mês passado, para funcionar como uma espécie de ministro dos Negócios Estrangeiros da UNITA, Alcides Sakala, disse ao PÚBLICO ter vindo a Lisboa — desde quarta-feira última e durante seis dias — explicar no Palácio das Necessidades e em outras instâncias a posição do seu partido de que “é preciso avançar com o Protocolo de Lusaka”. Eis o essencial da entrevista.

PÚBLICO — O que é que veio cá dizer?

ALCIDES SAKALA — A nossa vontade é essencialmente passar ao Governo português a nossa posição de total engajamento na aplicação do Protocolo de Lusaka. Pensamos que temos agora as melhores perspectivas [de cumprimento dos acordos de paz].

P. — Mas a aplicação do Protocolo regista atrasos...

R. — O processo é complexo, difícil. O país está destruído pela guerra, sem infraestruturas. Há dificuldades de comunicações, mas o cessar-fogo está a ser respeitado. Pode haver incidentes localizados, mas não têm uma dimensão grande. O Governo é que procura argumentos para começar uma ofensiva. Estão ainda em Luanda cinco mil mercenários sul-africanos, além de alguns portugueses e namibianos, que enquadram as Forças Armadas Angolanas, as treinas e participam em ações de combate; e o Governo continua a adquirir armas e tem pilotos israelitas. Há todo um quadro de preocupações, mas devíamos ir era pela positiva. Há um Protocolo que tem que ser cumprido, há um cessar-fogo



Alcides Sakala. “Devíamos ir pela positiva”

go que está a ser respeitado na globalidade. Devíamos apostar todos no processo de paz em Angola, porque a guerra já não é solução.

P. — Acha que a paz é possível, inclusive, em Cabinda, onde a situação se mantém particularmente tensa?

R. — Estamos otimistas. Já passaram quatro meses [sobre a assinatura formal dos documentos de Lusaka] e pensamos que há condições para podermos avançar. O Conselho de Segurança vai reunir-se nos próximos dias e dar luz verde para o envio das tropas angolanas, e que consideramos um sinal de encorajamento. Vão ajudar imenso na pacificação do país e no processo de normalização.

ção, pois que os problemas de quase 35 anos de guerra não se podem resolver num só dia.

Meio milhão de mortos

P. — Angola estará hoje mais subdesenvolvida do que em 1973?

R. — Absolutamente. Temos um balanço de meio milhão de mortos desde o início da guerra, em 1961, e uma comunidade de amputados jamais vista em África. É todo um país a reconstruir e uma população carente.

P. — Quanto tempo será necessário para a reconstrução?

R. — Vai levar muito tempo e depende da mudança das

mentalidades. É trabalho para uma geração. O importante é que haja paz e a vontade de reconstruir.

P. — Mas a verdade é que o Protocolo de Lusaka não foi assinado no mais alto nível. José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi ainda não se encontraram...

R. — Entendemos que o acordo é extremamente importante para a criação de um clima de maior confiança. A UNITA tem para o efeito já uma delegação pronta, constituída no princípio do mês de Fevereiro, para discutir com o Governo a agenda dos dois presidentes. Eventualmente o embaixador Indes Samakuwe (representante na Comissão Conjunta) e Eugénio Mambualala (o anterior secretário-geral, signatário do Protocolo) farão parte da delegação. A UNITA propôs que o encontro seja em Lusaka, quanto mais cedo melhor.

P. — Acetamos, porém, que o Presidente da República não estava disposto a encontrar-se com Savimbi fora de Angola.

R. — É preciso é aceitar o princípio e o Governo não aceita o princípio. Nós pensamos que este encontro é de extrema importância e dará um sinal forte às populações e à comunidade internacional de que a paz é possível.

P. — Outra reunião desde há meses em andamento é a de Savimbi com o Presidente da África do Sul.

R. — Estamos a trabalhar nesse sentido. Tivemos em Bruxelas encontros com o vice-presidente Mbeki. Pensamos que o Presidente Mandela ainda tem um papel extremamente importante a desempenhar, como autoridade moral, no processo angolano. A data altura ele envolva-se, mais o Presidente do Zaire, só que depois Lusaka disse que não, que não estava interessado. Acho que é de ali poder de novo empreitar a sua dimensão histórica aos angolanos. Ele resolveu o problema da África do Sul de uma forma extremamente

positiva e é interessante notar que hoje convive com os homens que o prenderam no passado.

P. — Só que todos os esforços para uma plataforma de diálogo esbarram sempre com uma profunda desconfiança entre o Governo angolano e a UNITA.

R. — Tem que se ultrapassar isso, com uma série de iniciativas. A verdade é que o cessar-fogo se mantém e não está em risco. As violações têm sido localizadas, mais por falta de comunicação do que outra coisa.

P. — Daqui a uns meses deverão designar os vices quadros para a Administração central, provincial e local, conforme o que foi acordado.

R. — Chegarei o momento em que temos de partir para Lusaka. Os deputados terão de ir para a Assembleia, os deputados indicados terão que fazer parte do Governo da Unidade Nacional.

P. — Nunca antes de Junho ou Julho...

R. — É um bocado difícil prever, porque tem havido muitos atrasos. Estamos nesta altura a preparar as listas de todos os prisioneiros detidos em consequência do conflito, o que é uma das etapas do processo. Também está em curso o processo de desminagem, difícil, pois que há minas colocadas pelos portugueses, pelos sul-africanos, pelos cubanos, pelos ruandeses, um pouco por toda a gente. É um trabalho monumental que tem que se fazer.

P. — Por outro lado, no Congresso, Savimbi disse que seriam apresentadas condições para a entrada da UNITA no Governo.

R. — Não vamos integrar nenhum Governo [de outros], vamos fazer parte de um Governo de Unidade Nacional; e por isso é preciso que se discuta uma plataforma comum.

P. — Entretanto, há largas centenas de milhares de pessoas deslocadas, que não conseguem circular livremente e regressar às suas terras.

R. — Só na área do Bailundo há umas 300 mil pessoas com imensas dificuldades. Mas a UNITA abriu o seu território às organizações humanitárias, para que possam fazer chegar aj

da à população carente. E demos acesso à Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem) a todos os aeroportos e pequenas pistas nas zonas rurais.

Sem pressas

P. — Com tantos atrasos, quando é que se chegará à segunda volta das eleições presidenciais iniciadas em Setembro de 1992?

R. — Penso que não será antes de seis ou sete meses, antes de finais deste ano. Não vale a pena correremos agora como fiamos com Bicesse. É preciso acalmar-nos sempre; e no momento encontramos as soluções para resolver os problemas. Mas a segunda volta terá que se fazer, apesar de os membros de Lusaka terem alterado muita coisa. Na altura a intenção do Governo era paralisar o processo democrático. Foi uma ação deliberada para decapitar a UNITA. Queriam uma oposição dócil. Mas nós pensamos que para que a democracia se afirme é necessário que haja uma oposição forte, para que haja um debate contraditório nacional.

P. — Em meados governamentais tem-se dito que será já demasiado tarde para uma segunda volta e que o melhor talvez fosse pensar para o futuro e simplesmente em novas eleições.

R. — Pensamos que é preciso levar até ao fim o processo de Lusaka, que prevê uma segunda volta das presidenciais [entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi]. Hoje não há Presidente em exercício. Angola não tem Presidente. Tem um candidato, que se quer apoderar do poder.

P. — Qual é o seu relacionamento com outras forças da oposição?

R. — O actual “quadro democrático” angolano é extremamente complexo. É preciso examinar o conceito de democracia; há muito que aprender. Não existe democracia em Angola. Temos um caminho difícil a percorrer. Terá que haver um esforço de todos os angolanos, para que se acabe com a lógica da intimidação. E a Igreja, sobretudo a católica, que tem uma grande influência, irá contribuir imenso para o desarmamento da sociedade angolana.

P. — O Governo fala de negociações conjuntas da UNITA e da FLEC.

R. — Isso não é verdade. Temos contactos com a FLEC, mas estamos num quadro de aplicação dos acordos de paz, pelo que tudo o que se diz de acções cotidianas é falso. Devemos ir ao encontro da realidade.

O Galo Negro deu garantias

A DIRECÇÃO da UNITA assinou no Bailundo um documento em que se compromete a envolver-se muito a sério na segunda fase da separação das forças prevista pelo Protocolo de Lusaka, anunciou na quarta-feira à noite, em Luanda, o comandante militar da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem), general Chris Garuba, da Nigéria.

A segunda fase começa amanhã nas províncias de Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico, depois de a primeira ter sido essencialmente respeitada de Uíge, Huambo e Bié, acrescentou Garuba, que assinou o documento do Bailundo com o Chefe do Estado-Maior da UNITA, general Arlindo Chanda Pena, “Ben-Ben”.

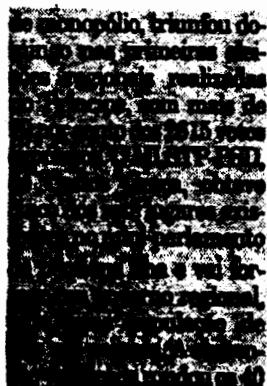
O próprio líder daquele partido, Jonas Savimbi, prometeu dar “tudo o seu apoio” à concretização desta nova fase do “desengajamento”, argumentando novas oportunidades à solidificação da paz.

Enquanto isso, fontes diplomáticas de Lisboa disse à agência Lusa que o envio da comissão portuguesa de Transmissões a integrar na Unavem foi adiado, esta semana, por ordens da ONU, que dentro de dias deverá dedicar a Angola nova reunião do Conselho de Segurança.

Enquanto isso, fontes diplomáticas de Lisboa disse à agência Lusa que o envio da comissão portuguesa de Transmissões a integrar na Unavem foi adiado, esta semana, por ordens da ONU, que dentro de dias deverá dedicar a Angola nova reunião do Conselho de Segurança.

MLSTP vencedor

O MOVIMENTO de Libertação de São Tomé e Príncipe-Partido Social Democrata (MLSTP-PSD), que há quatro meses ganhou as eleições para a Assembleia Nacional, voltando a um Governo que perdera em 1991, após 15 anos e meio



PÚBLICO, 31.3.95



Portugal financia programa económico

EXPRESSO, 1.4.95

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

PORTUGAL poderá vir a disponibilizar este ano cerca de 63 milhões de dólares, no âmbito das linhas de financiamento intergovernamentais de médio e longo prazo, e mais 39 milhões a curto prazo destinados a apoiar a implementação do programa económico-social do Governo de Luanda para este ano, soube o EXPRESSO junto do Ministério das Finanças angolano.

Estas verbas poderão ser reforçadas com mais 50 milhões de dólares para sustentar o programa de investimento do Executivo de Marcolino Moco destinado a reabilitar obras sociais e infra-estruturas rodoviárias, nomeadamente as pontes sobre os rios Chiluango e o Kuanza e vários centros hospitalares, estradas e escolas espalhadas pelo país.

Alguns analistas manifestam, no entanto, reservas quanto ao empenhamento de Portugal neste esforço de reabilitação económica de Angola, visto que o pagamento das dívidas de Luanda ao exterior está condicionado aos carregamentos de petróleo, que, por sua vez, está há muito hipotecado com compromissos políticos e militares contralados, no passado, com o Leste e, actualmente, com o Ocidente. «Muito dificilmente será libertado dinheiro para Angola nas condições actuais e os grandes investimentos que o Governo se propõe levar a cabo este ano continuarão a registar um vazio por não haver parceiros estrangeiros disponíveis para arriscarem numa economia que não é de guerra nem é de paz», disse ao EXPRESSO uma economista da oposição.

Para o novo ministro das Finanças, Augusto Tomaz, é preocupante a situação actual. Nos últimos dois anos, subiu em espiral o défice relacionado com a compra de material de

guerra e com os subsídios aos preços, em particular o dos combustíveis, que registaram valores brutos de cerca de 17,7%, do total das despesas. Por isso, Augusto Tomaz decidiu proceder agora à eliminação dos subsídios à gasolina, cujo preço praticado em Angola era o mais barato do mundo em detrimento do preço do pão e dos transportes colectivos.

As contas externas, por outro lado, registaram na balança de pagamentos um saldo negativo estimado em 1449 milhões de dólares, atribuídos àquilo a que um gestor angolano a funcionar num banco português filiado em Luanda designou como sendo «produto da cobertura dos interesses de certos sectores do poder, que preferem impor o adiamento sucessivo da convergência cambial, pressionar as disponibilidades em divisa, a favor de feudos dirigidos e controlados por si, contrair elevadas despesas com serviços externos no sector petrolífero e, ao protegerem o aumento injustificado com transporte internacional, contribuem para o aumento da dívida externa».

Disposto a facilitar o investimento estrangeiro, Luanda promete agora aos portugueses e outros operadores cancelar a dupla tributação e preservar o carácter nacional de todas as empresas, independentemente da nacionalidade dos seus proprietários, mas, para estes, «o mais grave é que o país está tão desorganizado em termos financeiros que não sabe exactamente qual o montante global dos seus recursos cambiais».

O Governo espera, no entanto, poder vir a contornar as suas actuais dificuldades com uma melhor gestão a partir deste ano de cerca de 1 bilião e 193 milhões de dólares de receitas provenientes da produção de petróleo e mais 30 milhões de dólares que poderão ser disponibilizados pela União dos bancos suíços para financiamento de um programa de emergência para recuperação das cidades. A estes montantes devem-se acrescentar 600 milhões de dólares resultantes dos impostos petrolíferos e mais 216 milhões de dólares de uma linha de crédito intergovernamental espanhola, dos quais 13 milhões foram já

utilizados pelas Forças Armadas.

A entrada em funções do novo «patrão» das Finanças, Augusto Tomaz, que passa a ser o homem-forte da economia angolana a curto prazo e cuja base do seu programa foi considerada numa primeira apreciação como «satisfatória», pelo antigo ministro das Finanças português do bloco central e seu principal assessor, Ernâni Lopes, permitiu já garantir a disponibilização de cerca de 2 milhões de dólares por mês para a província de Cabinda e exclusivamente destinados a saldar a dívida contraída por Angola para com empresas portuguesas a operar no enclave.

«A nossa economia, quer queiramos quer não, passa cada vez mais por Portugal e é por isso que, ao contratarmos o dr. Ernâni Lopes, estamos convencidos de que, com a sua experiência, gizaremos um programa sério e disciplinador, que não nos faça regressar a uma dívida pública interna superior ao próprio orçamento», defendeu um economista do Ministério do Planeamento.

Para além de Ernâni Lopes, Luanda poderá vir a contratar outros consultores portugueses para proceder à reestruturação de todo o sistema bancário, que culminará com a privatização parcial dos bancos comerciais e a introdução do crédito estatal hipotecário virado para a diminuição do peso e da presença do Estado em sectores não estratégicos da economia.

Apesar da euforia que o programa de Augusto Tomaz está a gerar em certos meios, um respeitado economista disse ao EXPRESSO não acreditar na sua eficácia, pelo exemplo de sucessivas derrapagens de programas anteriores, provocadas por resistências políticas e jogo de interesses do próprio poder e que estão a fazer com que a população descredite na ideia de uma economia de mercado e de um sistema democrático.

À mão armada em Luanda PÚBLICO, 31.3.95

750 mil dólares roubados a administrador do BCI

FORAM ROUBADOS 750 mil dólares, quarta-feira à noite, em Luanda, do interior da viatura onde seguia um dos administradores do Banco do Comércio e Indústria (BCI), Francisco Rocha. O assalto ocorreu durante o trajeto entre o aeroporto e a sede do BCI, tendo os meliantes disparado vários tiros contra a viatura para a imobilizar. A seguir apossaram-se das «brief-cases» que continham o dinheiro. Sob ameaça de várias armas de fogo, o administrador do BCI não esboçou qualquer tentativa de defesa, limitando-se, impotente, a ver o dinheiro voar em pouco mais de dois minutos. O «modus operandi» do roubo deixa perceber o alto nível de profissionalização dos seus autores, e de imediato levantou suspeitas sobre eventuais connivências de que eles beneficiaram de altos funcionários daquela instituição bancária. Face à onda de bostos que rapidamente se propagou pela cidade, o BCI viu-se forçado a emitir, ontem à tarde, uma nota de imprensa esclarecendo que os 750 mil dólares foram adquiridos a um banco português não identificado «para reforço da sua tesouraria» e transportados, por via aérea, de Lisboa para Luanda na quarta-feira. Embora o comunicado do roubo levantou dúvidas pelo facto de não terem sido tomadas medidas especiais de segurança, atendendo não apenas aos valores em causa, mas também porque é essa a prática seguida pelas instituições bancárias do país. A protecção ao dinheiro vindo de Portugal era justificada, uma vez que tem aumentado a suspeita sobre a existência de maquinações por funcionários de vários bancos, dos ministérios das Finanças e do Interior, depois deste último ter sofrido, a menos de uma semana, um desfalque de três biliões e 700 milhões de kwanzas (cerca de 65 mil dólares, ao câmbio oficial), que serviriam para pagar os salários dos seus funcionários.

Aguiar dos Santos, em Luanda

SAKALA REAFIRMA "VONTADE DE PAZ" DA UNITA — O responsável da diplomacia da UNITA, Alcides Sakala, encontrou-se ontem com o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Durão Barroso, a quem reafirmou o empenho da sua organização no processo de paz angolano, recordando o «papel importante» de Portugal nesse processo. Sakala assegurou que «a UNITA está engajada a 100 por cento» no avanço do protocolo de Lusaka. «Se mantivermos esta vontade de paz, poderemos ultrapassar os pequenos problemas», concluiu, referindo-se a «acções [militares] do Governo» em áreas controladas pela UNITA, que, no entanto, «não vão afectar o processo de paz». Ao que o PÚBLICO apurou, este encontro surge na sequência de contactos efectuados em Luanda entre o secretário de Estado da Cooperação, Brion e Gale, e o chefe da delegação da UNITA na Comissão Conjunta, Isáias Sumakurva (ver entrevista na pág. 12). Ainda na capital angolana, Brion e Gale encorajou o encontro entre Jonas Savimbi e Eduardo dos Santos, sustentando, em entrevista ontem transmitida pela Rádio Nacional, que Governo e UNITA «têm que corresponder ao empenho da comunidade internacional com acções concretas».

PÚBLICO, 31.3.95



Bruxelas lança 'locomotiva' africana

A África Austral prepara-se finalmente para ter uma liderança regional. O futuro passa por Mandela

EXPRESSO, 1.4.95

LUÍS TIBÉRIO

TREZE meses depois da primeira missão exploratória da União Europeia para a cooperação com Pretória, Bruxelas surge pela primeira vez em posição de se envolver num esforço coerente de apoio à nova África do Sul. É que, pela mão de João de Deus Pinheiro, a Comissão Europeia aprovou esta semana uma estratégia de longo prazo para as relações com o país de Nelson Mandela.

O Executivo comunitário quer a África do Sul a assumir um papel de locomotiva do desenvolvimento regional na África Austral que, além das evidentes vantagens para Pretória, pode perfilar-se como uma preciosa alavanca para os desfavorecidos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico).

Cautelosamente, Bruxelas optou por uma iniciativa dual: um protocolo adicional à Convenção de Lomé (assinada entre a Comunidade e os países ACP) para regular as condições de adesão da África do Sul, e um acordo de comércio e cooperação entre os Quinze e Pretória, que poderá conduzir ao estabelecimento de uma zona de livre câmbio. E, para prosseguir a aplicação do Programa Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (PERD), financiado por uma linha especial do orçamento comunitário, propõe-se canalizar 500 milhões de ecus (cerca de 100 milhões de contos) para o período 1996-1999.

Os cuidados da Comissão não podiam ser mais nítidos: Bruxelas quer apoiar a participação da África na Convenção de Lomé mas tem de, simultaneamente, evitar os efeitos negativos de uma adesão plena dos sul-africanos. Pretória terá forçosamente de integrar Lomé, já que essa é vontade sua e dos Estados-membros. Aliás, muitos dos objectivos de Lomé, alguns dos seus instrumentos e a moldura institucional da relação

UE-ACP encaixa nas necessidades sul-africanas. E a África do Sul pode trazer a Lomé e ao conjunto dos países ACP um enorme valor acrescentado.

E, por isso, que Deus Pinheiro se propõe tirar partido da actual revisão intercalar da Convenção para chegar a acordo quanto ao princípio da adesão da África do Sul, deixando as modalidades dessa adesão para serem estabelecidas em negociações que decorrerão nos próximos meses. De qualquer forma, o que estará em causa é um estatuto de «membro qualificado», para evitar que a adesão da África do Sul se faça em detrimento dos actuais Estados ACP.

Em matéria de comércio e cooperação económica, Bruxelas não considera realista nem apropriado estender à África do Sul todo o leque dos benefícios previstos em Lomé. E o próprio Governo de Mandela fez saber que prefere ver certas áreas de cooperação tratadas fora do quadro de Lomé, numa base apenas bilateral. Além disso, pediu condições especiais de acesso ao mercado da União Europeia.

Globalmente, trata-se de uma série de complexos equívocos. Pretória precisa dos apoios para criar as condições de um desenvolvimento sócio-económico duradouro, por intermédio de um acesso facilitado ao mercado comunitário e de uma integração gradual e indolor na econo-

mia mundial. Mas a dimensão da África do Sul é, ao mesmo tempo, uma garantia e uma ameaça comercial para os seus vizinhos: as exportações sul-africanas para a UE equivalem já a metade das exportações dos 70 países ACP.

Tal como nas propostas para a cooperação com o Mediterrâneo e com a América Latina, Bruxelas volta a pôr na mesa a ideia de um mercado comum regional. O projecto irá depender da vontade política do Governo de Mandela e, a concretizar-se, passará por uma primeira fase de facilidades comerciais concedidas pela UE, numa base não recíproca para permitir à África do Sul reforçar a sua competitividade.

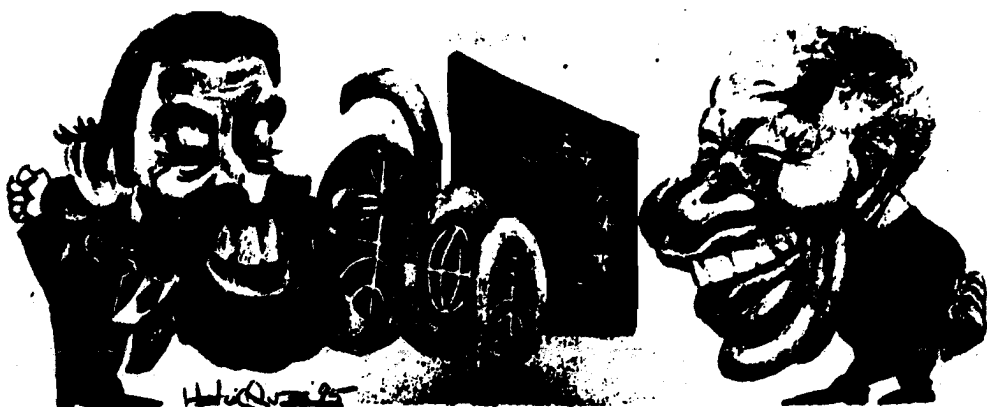
A questão da competitividade sul-africana é, aliás, uma pedra-de-toque para a consolidação do regime pós-«apartheid». A África do Sul encerra em si dois níveis absolutamente desiguais. Por isso, ao mesmo tempo que externamente pensa em crescimento e em influência económica e política regional, tem de pensar internamente em combater a pobreza, contra graves carências nas zonas mais pobres.

A luta contra esta fractura interna acaba por ser, afinal, um dos «leitmotiv» de todo este quadro de cooperação euro-africana. A Europa não quer correr o risco de que a persistência das desigualdades na África do Sul ponha

em causa o processo político interno. Não só porque isso representaria o falhanço de uma transição histórica, mas também pelos efeitos perdidos na região.

É que Pretória não vale apenas como potencial locomotiva económica para a zona — é também um factor de segurança regional, em especial para Angola e Moçambique, onde a consolidação da paz ainda precisa de esforços consideráveis. Pela África do Sul irá, portanto, passar a chave do futuro de toda a zona subsaariana do continente negro.

Mas a radiografia económica continua a preocupar Pretória. Um Produto Interno Bruto (PIB) «per capita» relativamente elevado (270 dólares) «esconde» grandes desigualdades de rendimento. A base produtiva é diversificada, mas continua a ser muito pesada a dependência em relação às actividades mineiras — cerca de metade das receitas de exportação. Ainda por cima, é profunda a crise de mão-de-obra qualificada, embora em paralelo o desemprego continue a crescer em flecha. Nas palavras de um diplomata acreditado em Bruxelas, «a locomotiva é promissora, mas teremos de fazer fijas para que consiga ultrapassar os problemas de um motor onde umas peças são quase luxuosas e outras são inexistentes».



Notícias Africanas

CLIPPING SEMANAL
SOBRE OS PAÍSES
AFRICANOS DE
LÍNGUA PORTUGUESA
E ÁFRICA AUSTRAL

Nº 17
12.12.1994

E S T U D O S
AFRO-ASIÁTICOS

CULTURA

Projecto do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa avança lentamente em África

Maio de esperanças

Clara Barata, em Maputo

Em África, os livros são um bem de luxo, acessível apenas a uns quantos privilegiados. São raros e tão caros que a maioria da população jamais poderá sentir o prazer de ler um romance. E poucas hipóteses haverá

de aumentar os níveis de alfabetização se a leitura se resumir aos manuais escolares. Em relação aos países africanos lusófonos, há um grande projecto que pretende modificar esse estado de coisas. Mas é difícil avançar.

PÚBLICO, 3.4.95

Uma janela de oportunidade

EXPRESSO — Depois do impulso da Conferência de Berlim, em 1994, o grande arranque para a «operação África Austral» acabou, na prática, por surgir em Fevereiro deste ano, no Malawi. Quais serão, para já, as áreas operacionais de cooperação e quais os países com especiais «vocações»?

JOÃO DE DEUS PINHEIRO — A reunião do Malawi correu, de facto, excepcionalmente bem e permitiu avançar bastante na operacionalidade nas mais diversas áreas, em especial para as áreas dos transportes, comunicações, banca, investimento, energia e ordenamento do território. E é visível a especial apetência da África do Sul para a área da banca e do Zimbábue para os transportes.

EXP. — Parece agora vislumbrarem-se as condições para a África do Sul assumir um papel de «locomotiva» da carenciada África Austral. Pode, portanto, esperar-se que, a prazo, os efeitos acabem também por dar um empurrão à recuperação de Moçambique e Angola...

J.D.P. — A África do Sul não quer ser uma ilha em África, não quer ser um país desenvolvido entre países subdesenvolvidos. Abre-se, assim, uma janela de oportunidade e seria um erro histórico gravíssimo não a aproveitar. Embora os dois países de expressão portuguesa estejam, de facto, em situações com diferentes características.

Moçambique pode realmente beneficiar bastante desta cooperação regional (especialmente quanto a Cahora Bassa e aos caminhos-de-ferro) e a viabilidade passa por este entendimento, para além de passar pelo mercado de tecnologia e capitais sul-africanos. Em Angola, depois de mais de trinta anos de lutas, é ainda infelizmente a

lógica de guerra que prevalece.

EXP. — O impulso a Moçambique e, apesar de tudo, a Angola tem também condições para atrair as empresas portuguesas? E quais serão as áreas-chave?

J.D.P. — Foi já possível definir condições em matéria de segurança de investimento e repatriação de lucros, uma questão sensível em África. Este quadro de oportunidades pode representar muito para os empresários portugueses. E não vou citar nomes, mas vários deles me procuraram com ideias interessantes para Moçambique e que podem fazer a diferença em relação a outras oportunidades. No caso de Angola, o número foi menor, por razões que relevam da continuação da lógica de guerra.

Quanto às áreas, nenhuma está excluída. Mas poderemos dar exemplos, como o sector primário (agricultura e pescas) e as infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias.

EXP. — Falta ainda, no entanto, que o Conselho de Ministros dos 15 aprove o novo quadro de relacionamento com a África do Sul. Não teme que, tal como aconteceu com a revisão de Lomé, essa aprovação possa conhecer dificuldades?

J.D.P. — Deverá, efectivamente, haver dificuldades com o «volet» agrícola (tal como aconteceu nas negociações do GATT, ou com os países da Europa Central e Oriental ou com os do Mediterrâneo), que é um «dossier» complexo e difícil. Mas neste caso, temos a nosso favor o facto de ele representar apenas 10 por cento. E penso que, com medidas de salvaguarda e períodos transitórios alargados, vamos poder ver aprovada rapidamente este instrumento crucial para a recuperação da África Austral.

L.T.

Maio será um mês fundamental para a concretização do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa (FBLP), um projecto que pretende criar um verdadeiro mercado comum do livro em português nos países africanos lusófonos e estabelecer redes de leitura pública em todos eles. Nos primeiros dias de Maio, deverá realizar-se a Cimeira de Chefes de Estado dos sete países de língua portuguesa, duas vezes adiada (ver PÚBLICO de 21/03/95), e está prevista para o final do mês uma reunião de editores portugueses e africanos em Maputo, para lançar iniciativas de cooperação.

A primeira reunião da comissão coordenadora do Fundo Bibliográfico deverá ser marcada de forma a coincidir com a visita dos editores portugueses à capital moçambicana, disse ao PÚBLICO o actual presidente do Fundo, Lourenço do Rosário. Espera-se, portanto, que seja este ano que descolhe este projecto, que, em sete anos de vida, foi pouco além do mero gizar de ideias.

O projecto foi lançado em 1988 pelo escritor Luís Bernardo Honwana, então ministro moçambicano da Cultura, com o objectivo de «dotar Moçambique de livros, tanto através da criação e fornecimento de bibliotecas, como da reanimação do mercado livreiro e da realização de feiras», explicou Rosário, na nova sede do FBLP, inaugurada em Novembro, no centro da capital moçambicana, no sétimo piso do edifício conhecido como «prédio dos 33 andares».

À espera de Bruxelas...

Passados dois anos, em 1990, São Tomé e Príncipe, Guiné, Cabo Verde e Angola solicitaram a adesão ao projecto, que tinha promessas de apoio dos Governos português e brasileiro e da UNESCO. Em 1992, depois de a União Europeia ter reconhecido os cinco PALOP como uma região específica em África, embora geograficamente descontínua, o FBLP foi incluído num pacote de sete projectos de cooperação para o desenvolvimento que a UE se comprometeu a financiar, com 25 milhões de ecus (cerca de 4,7 milhões de contos na altura), distribuídos por todos de forma mais ou menos igualitária.

O fim definitivo da União Europeia, no entanto, ainda não chegou. Bruxelas apenas libertou verba para custear a realização de dois estudos preliminares à concretização

do projecto — que, uma vez iniciada, deveria prolongar-se pelo menos por cinco anos —, um sobre a edição e a distribuição nos PALOP, encomendado por uma organização de cooperação sueca, a ASDI, e outro sobre bibliotecas e leitura pública, realizado pela Fundação Gulbenkian.

Os 3,6 milhões de ecus (hoje, cerca de 670 mil contos), que lhe caberiam na distribuição daquela verba, continuam a ser esperados ansiosamente em Maputo, cidade sede do projecto. A União Europeia procura ainda digerir a proposta que, de início, encorajou apenas como uma forma de subsidiar indirectamente o sector editorial português.

«Sendo Portugal um dos países da UE, não vai poder financiar o Fundo para a compra seja do que for, porque isso seria financiar duplamente a indústria portuguesa. Por isso, Bruxelas deliberou privilegiar a variante da formação de quadros, em várias áreas: edição e co-edição, tradução, bibliotecas, livrarias, jornalismo cultural», especificou Lourenço do Rosário.

Como alvos principais, aponta-se os jovens — os leitores mais entusiastas de todos em qualquer parte do mundo — e as camadas populacionais com maiores oportunidades de progresso social e cultural, isto é, os quadros médios do funcionalismo público, professores, por exemplo, e pequenos e médios empresários. Para incentivo à produção literária e ensaística, está pensada a criação de prémios e a normalização dos contratos dos autores, de forma a conseguir que seja estabelecida uma remuneração justa.

A racionalização do sistema de taxas aduaneiras nestes países — que chegam a encarecer o livro importado em 40 por cento do seu valor, tornando-o inacessível à grande maioria dos potenciais compradores —, tanto sobre as matérias-primas como sobre o produto acabado, é outro aspecto visado. «A União Europeia pretende promover alguma reflexão sobre o universo jurídico da condição do livro, de forma a libertá-lo deste círculo vicioso insuperável: não há livros porque não há leitores e não há leitores porque não há livros», comenta Lourenço do Rosário.

... e da CPLP

Quanto ao Governo brasileiro, que também tinha prometido concorrer para o projeto com um milhão de dólares, vai mastigando em seco as suas tentativas falhadas.

Continua na pág. 14

Continuação da pág. anterior

institucionalizar, durante o ano passado, a tão badalada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). "Julgo que os documentos até já estão prontos, deveriam ter sido assinados em Novembro, quando se previa que acontecesse a Cimeira dos Chefes de Estado dos Sete, em Lisboa", contou Lourenço do Rosário, que se deslocou esta semana a Brasília.

O embaixador brasileiro em Maputo confirmou ao PÚBLICO esta mesma situação. O Brasil está à espera de um "momento adequado" para formalizar a entrega da primeira "tranche" deste apoio, que deverá ser de 250 mil dólares (cerca de 37 mil contos).

E depois há Portugal, que se comprometeu a financiar Fundo com um milhão de dólares (cerca de 160 mil contos). O subsecretário de Estado da Cultura, Manuel Freixo, que esteve em Moçambique de 8 a 13 deste mês, para inaugurar a Feira do Livro Português de Maputo, levou ao presidente do FBLP a garantia de que Portugal tem disponíveis 50 mil contos para lhe entregar, embora não tenha especificado quando.

Toda esta indefinição é angustiante para um organismo de carácter supranacional, que deveria ter capacidade para trabalhar em conjunto com os ministérios da Educação e da Cultura de cada um dos cinco países africanos de língua portuguesa, mas que sobrevive com os dinheiros que cada Estado lhe con-

cede, retirados do respectivo Orçamento. "Na verdade, o Fundo não tem qualquer tecto", diz Lourenço do Rosário. Com os 30 mil contos do Orçamento do Estado moçambicano atribuído ao FBLP não se pode fazer grande coisa, contando que daí também têm de sair todas as despesas correntes.

E isto acontece em Moçambique que, porque acolhe a sede do projecto, é o país que tem a estrutura organizativa mais elaborada. Nos restantes PALOP, os respectivos governos nomearam duas pessoas, em representação dos dois ministérios envolvidos, que funcionam como interlocutores nacionais do FBLP. Mas o projecto é ainda bastante desconhecido dentro dos próprios países envolvidos.

Laços de confiança

Ainda assim, enquanto se vai procurando o cumprimento das promessas, vão sendo lançadas algumas iniciativas pelo Fundo, no continente que menor peso tem na produção editorial mundial — um por cento do total, segundo estatísticas da UNESCO de 1991. Da recente visita da delegação da Secretaria de Estado da Cultura portuguesa a Maputo, resultaram alguns projectos de trabalho com o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBL), semelhantes a outros já acordados com a Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O IBL deverá enviar para Moçambique algumas bibliotecas básicas, de cerca de 300 volumes, e abrir as portas de cursos de formação de bibliotecários em Portugal a alunos moçambicanos. Ficou também prometida a sensibilização de editores portugueses para a cooperação com África e em aberto o estudo da hipótese de iniciar uma política de tradução específica para os países africanos, facilitando dessa forma co-edições, por exemplo. Um acordo deste tipo foi já estabelecido com a editora brasileira Ática, em colaboração com a UNESCO, para a tradução dos últimos três volumes da "História de África" e colocação dos oito volumes desta obra no mercado africano a preços compatíveis com a sua realidade.

A promoção de programas de divulgação e incentivo à leitura é outro dos projectos em que o Fundo está envolvido. Ainda este mês, a televisão pública moçambicana deverá começar a transmitir uma série de 52 programas semanais de 15 minutos, sob o título "A Letra". Se resultar, poderá ser adaptado para outros países", disse o presidente do FBLP. Na Rádio Nacional de Moçambique deverá também passar a existir um programa que, em ambiente de café-concerto, fale e chame a atenção para os livros e para a leitura de uma forma suave: "Esta ideia pode ter sucesso, porque até entronca na forte tradição africana de

ouvir contar histórias", afirmou Lourenço do Rosário.

Outro projecto em que o FBLP está envolvido é o da realização, na Cidade da Praia, em Cabo Verde, da I Bienal do Livro, Cultura e Língua Portuguesa, promovida pela Fundação Gomes Teixeira, do Porto, e pela União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (Uocla), juntamente com a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL) e a Câmara Brasileira do Livro, lá para o início do Outono.

"Estão previstas conferências, exposições e uma feira do livro português", adiantou o presidente do Fundo. "Esta Bienal pode ser um momento importante para pensar a situação da língua portuguesa, para tentar perceber, por exemplo, porque é que houve um hiato de quatro anos na feira do livro português de Maputo, porque é que as coisas fracasaram. Em suma, porque é que vigoram tantas desconfianças", afirmou Lourenço do Rosário.

E por falar em desconfianças, Rosário classifica o projecto do FBLP como um possível "instrumento de autonomização da política de língua portuguesa em África". Especialmente significativo, diz, é o facto de ter sede em Moçambique, "país que a opinião pública olha com a desconfiança de que deseja render-se ao inglês e que o resto do mundo encara como um baliardo da língua portuguesa em África".

Analfabetismo, pobreza e outras dificuldades

OS ESCOLHOS que um projecto como o do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa tem de enfrentar são muitos e não se resumem às burocracias da União Europeia ou aos costumes enganadores portugueses e brasileiros. A alta taxa de analfabetismo e as baixas capacidades económicas são apenas dois dos entraves mais importantes.

A taxa de analfabetismo em Moçambique é de 90 por cento — e com tendência para crescer, pois ao este ano activo 2,5 milhões de alunos ficaram excluídos da escola, um milhão dos quais no ensino primário. Ou seja, 60 por cento da população em idade escolar ficou de fora, e os restantes 40 por cento entraram por sorteio. Para conseguir receber toda a população escolar, Moçambique precisava de construir, por ano, 3600 escolas primárias. Mas entre 1984 e 95 foram construídas apenas 432 (ver PÚBLICO de 29/01/95).

O trabalho de promoção do livro, da leitura e, já agora, da língua portuguesa torna-se verdadeiramente hercúleo só com estes dados. Mas, se lhe juntarmos o valor do salário mínimo em Moçambique, que é de 117 mil meticals (menos de 2500 escudos), o quadro fica ainda mais negro. É que um livro em Maputo não custa menos do que em Portugal, tal como uma refeição num restaurante facilmente ultrapassa essa centena de milhares de meticals.

Quanto aos locais de venda são pouquíssimos. De acordo com um relatório de análise da situação nos PALOP e de apresentação dos projectos de implantação do Fundo Bibliográfico, a que o PÚBLICO teve acesso, 80 a 95 por cento dos livros que circulam em África são manuais escolares. Quanto aos restantes, têm uma circulação muito limitada: os livreiros têm a obrigação de pagar à vista, ir buscar os livros ao armazém do editor — porque não existem empresas de distribuição — e, até há pouco tempo, eram obrigados por lei a praticar taxas de comercialização nada compensadoras.

As bibliotecas existentes são, na sua maioria, sobreviventes dos tempos coloniais — gastas, desactualizadas e, muitas vezes, dirigidas por pessoal sem formação adequada para guiar os leitores. Nas escolas, de todos os níveis, não há materiais complementares de leitura. No entanto, está neste momento a decorrer um projecto financiado por uma organização não governamental canadiana, chamada Code, que pretende fornecer material desse tipo a cerca de cem escolas da província de Cabo Delgado (no extremo norte do país) e criar uma rede de 12 bibliotecas, para além de formar cerca de 600 professores na utilização destes livros, paralelamente aos manuais escolares.

A procura também não apresenta um rosto mais alegre. Para além dos factores económicos, existe a barreira da língua: para a grande maioria dos cerca de 25 milhões de habitantes dos países africanos lusófonos, o português não é a sua língua materna. Segundo o relatório referido, "estima-se em cerca de 7,8 milhões o número de pessoas capazes de ler e de escrever na área dos Cinco (PALOP)".

Mas isto não significa que todos sejam potenciais leitores. O editor queniano Henry Chakawa, citado neste documento, calcula que uma editora em África edita apenas para 20 por cento da população.

Só que os índices de alfabetização e o produto nacional bruto são maiores no Quênia do que nos PALOP e grande parte das publicações quenianas são feitas em "swahili", língua mais acessível à maioria das pessoas porque de raiz africana. Por isto, nos países lusófonos a percentagem de leitores potenciais deve ficar-se entre os cinco e os dez por cento do total da sua população.

Formas de conseguir uma maior familiarização com a língua oficial do país também são raras. Em Maputo, para além de um Centro Cultural Brasileiro — o único local para receber lições de português, segundo uma edição especial sobre Moçambique da revista britânica "Time Out" —, não existem outras hipóteses.

Em 1993, foi criada a Associação Moçambicana da Língua Portuguesa. Está instalada num belíssimo prédio, conhecido como "a casa de ferro" — porque é forrado a metal cinzento —, na Avenida Samora Machel, e publica um boletim chamado "Português em Cordel", mas não tem condições para expandir a sua actividade. Tem, no entanto, um projecto para a construção de uma nova sede, do valor de 12 milhões, que o Fundo Bibliográfico de Estado da Cultura portuguesa prometeu financiar. A C.A.

O Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) está lançando sua mais recente novidade:

QUESTÕES DE RAÇA é uma seleção crítica, temática, de matérias noticiosas e opinativas publicadas na imprensa brasileira sobre raça, relações raciais, racismo, constantes do acervo de recortes do CEAA. E o primeiro número tem como foco a publicação de *The bell curve*, o polémico livro dos norte-americanos Charles Murray e Richard Herrnstein que mereceu longas resenhas de publicações brasileiras e do mundo. Além disso, **QUESTÕES DE RAÇA** tem uma coluna fixa, "Discriminação", destacando casos de racismo recente vindos a público pela imprensa.



NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 269 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.

COLIN DARCH
UNIVERSITY LIBR/
UNIVERSITY OF W
PRIVATE BAG X-1
BELLVILLE 7535
SOUTH AFRICA

I M P R E S S O